

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Notas de Administração Geral e Pública e STM (Técnico Judiciário - Área Administrativa) Pós-edital

Professor: Larissa Emerick Gois, Rodrigo Rennó

Aula Demonstrativa: Modelos de Gestão

Olá pessoal, tudo bem?

Meu nome é Rodrigo Rennó e tenho o grande prazer de iniciar com vocês um curso de **Noções de Administração Geral e Pública** para o concurso de Técnico Administrativo do **STM**.

O edital acabou de sair e a banca será mesmo o Cespe. As provas estão previstas para o dia 04 de março.

Nosso objetivo é lhe preparar para conseguir uma das vagas do próximo concurso!

Irei trabalhar a teoria necessária e comentar centenas de questões para que você chegue pronto para o que "der e vier" no dia da prova!

Não se preocupe, sei que você não tem apenas essa matéria para estudar. Minha proposta é trabalhar os tópicos na abrangência e profundidade necessárias, sem mais nem menos. Vamos fazer um estudo direcionado, **focando apenas no que a banca costuma cobrar!**

Tenho o hábito de escrever como se estivesse conversando com o aluno, portanto não estranhem o estilo "leve", pois acredito que fica mais fácil de passar o conteúdo, e, principalmente, mais agradável para vocês dominarem essa matéria.

Estarei junto a você, comentando os principais temas e as "pegadinhas" da banca, de modo que você, em pouco tempo, esteja preparado para dominar essa matéria.

Além disso, temos um fórum de dúvidas que você poderá interagir conosco e ver não só as suas, mas também as dúvidas dos colegas respondidas. **Tenho certeza de que esse curso fará a diferença na sua preparação!**

Antes de qualquer coisa, vou dizer um pouquinho sobre mim: como você, já fui concurseiro e disputei diversos concursos da área de Administração e sei como é encarar esse desafio.

Quando eu estudava para concursos, eu trabalhava durante o dia e tinha somente poucas horas para me dedicar aos estudos. Raramente, conseguia estudar mais de 3 horas por dia (só nos meus finais de semana conseguia dar um "gás" maior em algumas matérias).

Sei o que é chegar em casa cansado e enfrentar duras horas de estudo, abrindo mão do lazer e do convívio com a família. Por isso mesmo, tento montar um material mais leve e focado, sem "firulas" e temas que não costumam ser cobrados.

Sou professor de Administração especializado em concursos há muitos anos e tive o prazer de ajudar milhares de candidatos a atingir seu sonho: alcançar o objetivo de ser aprovado!

Atualmente, sou Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Ministério do Planejamento, tendo sido também Auditor de Controle Interno na Secretaria de Fazenda do Governo do Distrito Federal. Sou carioca e formado em Administração pela PUC do RJ, com Pós-Graduação em Gestão Administrativa.

Além disso, sou autor de três livros na área:



[Administração Geral para Concursos – 2ª Edição](#)

[Teoria e mais de 800 questões](#)

[Administração Geral e Pública – Cespe/UnB](#)

[Mais de 900 questões comentadas](#)



[Administração de Recursos Materiais para Concursos - Teoria e mais de 370 questões comentadas](#)

Tenho certeza de que esse material fará a diferença na sua preparação, e, além disso, estarei presente no fórum do curso, que vocês terão acesso exclusivo!

Se aparecer uma dúvida qualquer estarei disponível para esclarecer de modo direto e individualizado.

Os tópicos cobrados pela banca serão disponibilizados de acordo o cronograma abaixo:

Aula 0: A evolução da Administração Pública.

Aula 1: A reforma do Estado.

Aula 2: Planejamento estratégico: definições de estratégia, condições necessárias para se desenvolver a estratégia, questões-chave em estratégia. Processos associados: formação de estratégia, análise, formulação, formalização, decisão e implementação. Metas estratégicas e resultados pretendidos. Ferramentas de análise de cenário interno e externo. Balanced scorecard.

Aula 3: Gestão organizacional. Características das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

Aula 4: Indicadores de desempenho.

Aula 5: Técnicas de mapeamento, análise, simulação e modelagem de processos. Construção e mensuração de indicadores de processos.

Aula 6: Liderança.

Aula 7: O processo racional de solução de problemas. Fatores que afetam a decisão. Tipos de decisões.

Aula 8: Motivação e satisfação no trabalho.

Aula 9: Gestão de projetos: planejamento, execução, monitoramento e controle, encerramento.

Aula 10: Gestão de pessoas. Conceitos e práticas relativas ao servidor público.

Aula 11: Recrutamento e seleção de pessoas.

Aula 12: Gestão de desempenho.

Aula 13: Gestão por competências.

Aula 14: Comportamento, clima e cultura organizacional.

Aula 15: Excelência nos serviços públicos. Excelência na gestão dos serviços públicos.

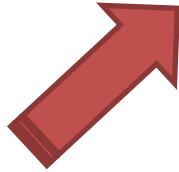
Aula 16: Educação, treinamento e desenvolvimento. Educação corporativa. Educação à distância. Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

Vamos então para o que interessa, não é mesmo?

Quer receber **dicas de estudo e conteúdo gratuito de Administração** em seu **e-mail**?

Cadastre-se na nossa **lista exclusiva**, no link a seguir:

<http://goo.gl/EUKHHs>



Sumário

Evolução dos modelos/paradigmas de gestão: a nova gestão pública.....	6
Tipos de Dominação.	6
Administração Patrimonialista.....	7
Administração Burocrática.	11
Gerencialismo - A Nova Gestão Pública.....	20
Gerencialismo Puro - Managerialism	27
Consumerism.....	30
Public Service Orientation - PSO	32
Modelo de Governança Pública	34
Resumo	39
Questões Comentadas	43
Lista de Questões Trabalhadas na Aula.....	63
Gabarito	70
Bibliografia	70

Evolução dos modelos/paradigmas de gestão: a nova gestão pública

Tipos de Dominação.

Para que possamos entender os modelos de administração pública, devemos conhecer os tipos de dominação. Segundo Weber¹: “Dominação é a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo entre determinadas pessoas indicáveis”.

Em todo Estado, deve existir alguma relação de dominação na qual os governantes (dominadores) exercem autoridade perante os indivíduos (dominados).

Assim, a dominação não é simplesmente o exercício do “poder”, mas também a sua aceitação – que leva à obediência! **Portanto, se diz que a dominação é o somatório do poder com a legitimidade.**



Figura 1 - Tipos de dominação

Para Weber² existem três tipos de dominação:

- **Dominação Tradicional** – Baseia-se na **tradição**, nos costumes arraigados, nos relacionamentos construídos por gerações. O “senhor” ou chefe governa não porque tenha algum mérito ou competência específica, mas porque seu pai governava antes dele, e antes dele seu avô etc. Esta dominação ocorre porque “sempre foi assim”;

¹ (Weber, 2000)

² (Weber, 2000)

- **Dominação Carismática** – Baseada no **carisma** de uma pessoa. Acredita-se que um indivíduo específico possui qualidades e características extraordinárias, fora do comum, que o credenciam a liderar seus “súditos” ou “seguidores”. Estes lhe conferem um afeto e uma lealdade muitas vezes “cegos”. Como exemplo, podemos citar o caso do ex-presidente Lula, que consegue, através do carisma com boa parte da população, exercer sua liderança;
- **Dominação Racional-legal** – Baseada na **lei!** Nesse tipo de dominação, não seguimos um indivíduo, mas devemos obediência a uma série de normas e regulamentos. Assim, se você trabalha em uma empresa, obedece ao seu chefe porque as regras estabelecem que este chefe possui este poder de lhe comandar e dar ordens, e não porque acredita que esta pessoa tenha qualidades especiais. A Burocracia moderna baseia-se na dominação racional-legal.

Administração Patrimonialista.

O **modelo patrimonialista** foi introduzido no Brasil pela própria administração portuguesa quando ainda éramos uma colônia. **Como Portugal era uma monarquia, todo o Estado era patrimônio da família real.**

Quando Dom João VI chegou aqui, em 1808, vindo fugido dos exércitos de Napoleão, trouxe grande parte da máquina administrativa portuguesa consigo. Desta forma, herdamos o modo de administrar português e adaptamos à nossa realidade durante o império.

Neste sistema, existe uma confusão natural entre os bens públicos e particulares, pois o Rei (ou chefe político) não diferencia seu patrimônio particular do estatal. No patrimonialismo, segundo Weber³, o senhor tem um relacionamento de “troca” com seus súditos, pois depende da boa vontade deles para manter sua capacidade de prestar serviços e manter seu poder político.

Em troca desta boa vontade, o senhor passa a “dever” também uma atenção especial a seus súditos, como proteção a perigos externos e auxílio em momentos difíceis. Naturalmente, este “dever” não está escrito em nenhuma ordem ou lei, mas deriva dos costumes, da tradição.

Portanto, a base de sua dominação é a tradição! O governante trata dos assuntos do Estado como se fosse uma extensão de sua vida pessoal. Seus súditos seriam sua “família”. Desta forma, no

³ (Weber, 2000)

patrimonialismo existe uma grande dificuldade deste senhor de diferenciar “esfera pública” da “esfera privada”.

O personagem mais exemplar na história brasileira deste período é o “coronel”, oligarca do interior, que dominava (e em certos aspectos ainda domina) o cenário da política regional através da utilização do poder econômico e da “troca de favores” entre seus partidários.

Dentro deste contexto, as eleições (quando existiam) eram fraudadas para que o grupo dominante continuasse no poder e recursos públicos são desviados de sua finalidade.

Neste modelo, a posse em cargos públicos acontecia por livre escolha do soberano. Desta forma, estes cargos eram direcionados a amigos, parentes e apoiadores dos grupos dominantes.

Assim, não existiam carreiras organizadas e profissionalizadas no estado. Portanto, uma característica forte deste modelo é o **nepotismo** e a **corrupção**.



Os bens públicos são utilizados para fins pessoais e os cargos públicos são usados como “moeda de troca” de favores ao soberano (vemos isso atualmente quando agentes públicos utilizam carros oficiais para viajar a turismo, quando funcionários fazem a chamada “**contratação cruzada**” – João contrata o filho de José, e, em troca deste favor, José contrata o filho de João, por exemplo).

Como o soberano está acima das regras, a racionalidade é subjetiva, ou seja, depende da opinião, da discricionariedade (e das arbitrariedades) do senhor no momento, inclusive nas decisões da Justiça. Se você é amigo do Rei pode “quebrar” algumas regrinhas!

Já se não for conhecido de ninguém importante, terá que se comportar exemplarmente! **Lembra do ditado: “Para os amigos tudo, para os inimigos a Lei”?** Ele descreve bem uma prática do patrimonialismo, não é verdade?

Assim sendo, no modelo patrimonialista, o patrimônio público é “capturado” por grupos de interesse da sociedade (que podem ser empresários, sindicatos, burocratas, etc.).

Ou seja, este patrimônio deixa de servir à coletividade para passar a servir aos interesses do grupo dominante. Além disso, a justiça fiscal é um aspecto quase inexistente, pois a estrutura tributária (os impostos) é desenhada para afetar pouco os nobres ou senhores dominantes. Com isso,

a população mais pobre é a que acaba proporcionalmente pagando mais impostos.

Desta forma, esse modelo é conhecido por sua tendência à corrupção e ao nepotismo. Veja abaixo no gráfico as principais características do modelo patrimonialista:

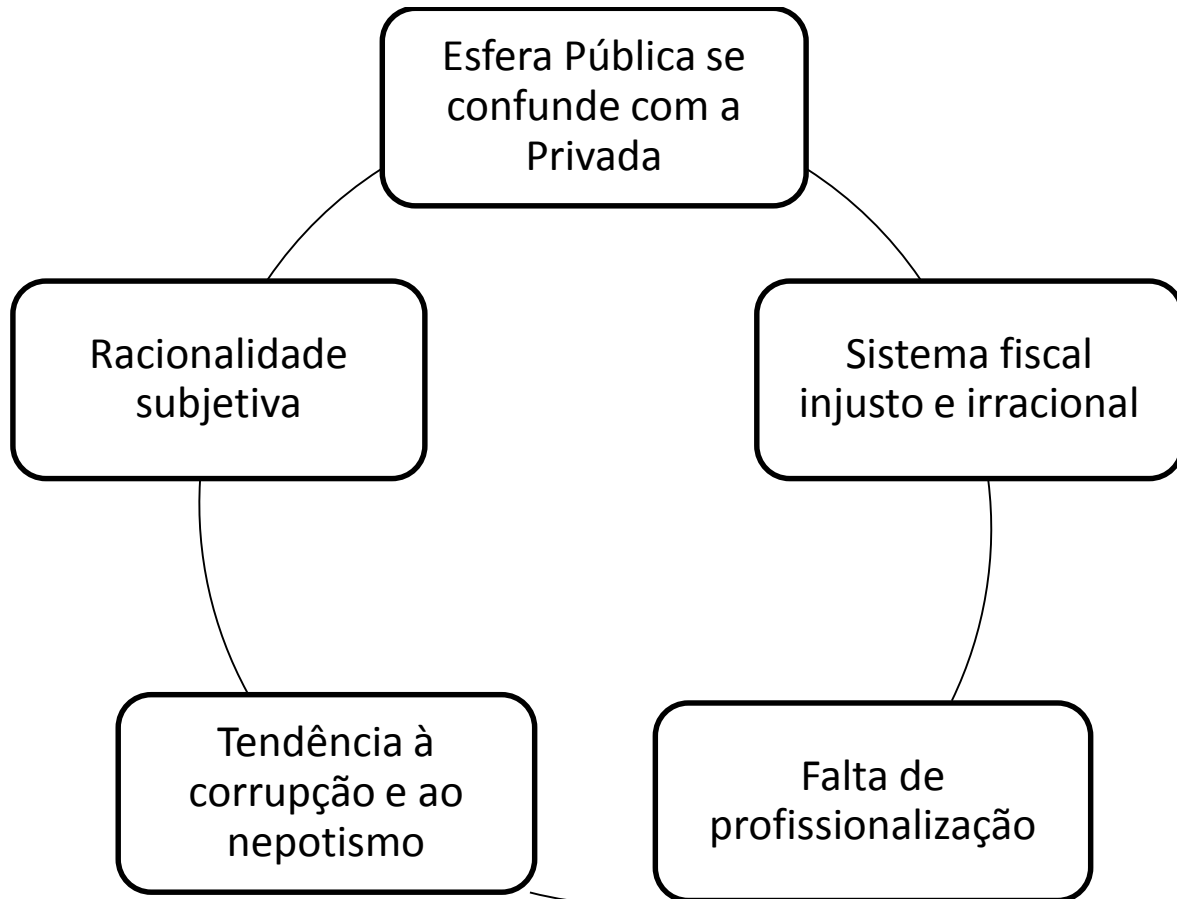


Figura 2 - Características do modelo patrimonialista

Raymundo Faoro⁴ chamava o grupo que comandava o poder no Estado patrimonialista brasileiro de **Estamento Burocrático**. Este modelo se caracterizava por um **desrespeito aos princípios da impessoalidade** e era composto por ocupantes de cargos públicos de alta cúpula, burocratas e políticos.

Prestem atenção, pois o termo burocracia não foi estabelecido por Weber e sua Burocracia Profissional (baseada na dominação Racional-legal). O termo Burocracia vem do francês "Bureau", que se refere aos órgãos do governo (seria algo como "governo de escritório").

Normalmente pensamos a dominação tradicional como uma disputa de classes, como uma divisão entre pobres e ricos (classes sociais).

⁴ (Faoro, 2001)

Entretanto, de acordo com Weber, um estamento não é exatamente uma classe. O autor afirma⁵:

"A situação estamental pode se basear numa situação de classe de natureza unívoca ou ambígua. Mas não se determina somente por ela: a posse em dinheiro e a posição do empresário não são, por si só, qualificações estamentais – ainda que possam levar a estas; nem a falta de patrimônio constitui, por si, uma desqualificação estamental, ainda que também possa levar a esta."

Ou seja, uma divisão em estamentos é uma divisão entre pessoas com um tipo de educação, ou etnia (descendência genética e cultural) e modos de vida diferentes.

Um filho de um funcionário público pobre que conseguisse estudar em um bom colégio da capital (e construísse um bom círculo de amizades) poderia fazer parte do estamento dominante. Já o filho de um fazendeiro rico do interior que não estudasse na capital provavelmente não faria parte deste estamento, por exemplo.

Portanto, o estamento burocrático se relacionava com os funcionários públicos e membros da sociedade que mandavam no Estado Patrimonialista⁶.

De acordo com Weber, ao quadro administrativo da dominação tradicional, em seu tipo puro, faltam⁷:

- A competência fixa segundo regras objetivas;
- A hierarquia racional fixa;
- A nomeação regulada por contrato livre e o ascenso (promoção) regulado;
- A formação profissional (como norma);
- (muitas vezes) o salário fixo e (ainda mais frequentemente) o salário pago em dinheiro.

As monarquias absolutistas foram sendo substituídas aos poucos, no final do século XIX, por Estados modernos, passando a existir a necessidade da separação entre os bens públicos e privados, bem como a profissionalização da Administração Pública.

O Estado moderno precisava ampliar suas ações de indução do crescimento da economia, com uma atuação mais direta na criação de empresas estatais e na regulação da atuação econômica.

⁵ (Weber, 2000)

⁶ (Bresser Pereira, 2001)

⁷ (Weber, 2000)

Além disso, a sociedade começou a demandar diversos serviços públicos e proteções sociais que não existiam. Antigamente, o Estado só fornecia o acesso a Justiça, a proteção policial e a defesa nacional.

Depois, serviços públicos como a educação, a previdência social e a prestação de saúde passaram a ser oferecidos para grande parte da população. Portanto, o Estado necessitava de se capacitar e de se profissionalizar. O modelo patrimonialista passou a ser visto como um problema e um limitador ao desenvolvimento por diversos países.

Vamos praticar agora?

(CESPE – TCU - ACE) O patrimonialismo normal inibe a economia racional não apenas por sua política financeira, mas também por peculiaridades de sua administração, entre as quais se pode citar a ausência típica de um quadro de funcionários com qualificação profissional formal.

Exato. Dentro das principais características do Patrimonialismo, temos a falta de um quadro de servidores qualificados, escolhidos por sua competência e que tenham autonomia profissional para buscar o bem da coletividade.

No Patrimonialismo, os cargos são cedidos a pessoas ligadas ao detentor do poder, dentro de uma “troca de favores” entre as partes (chefe político e seus “súditos”). O gabarito é questão correta.

Administração Burocrática.

O termo “burocracia” é derivado do termo francês “bureau” (significa escritório) e do termo grego “kratia”, que se relaciona a poder ou regra. Desta forma, a burocracia seria um modelo em que o “escritório” ou os servidores públicos de carreira seriam os detentores do poder.

Com a industrialização e a introdução de regimes democráticos no fim do século XIX, as sociedades ficaram cada vez mais complexas. A introdução da máquina a vapor acarretou uma evolução tremenda dos meios de transporte. Se antes se levavam meses para uma viagem do Brasil para a Europa, por exemplo, agora uma viagem por meio de navios a vapor passou a ser feita em poucos dias.

O trem a vapor fez a mesma revolução no transporte interno. Desta forma, as notícias passaram a “correr” muito mais rápido e os produtos de cada região puderam passar a ser comercializados em cada vez mais mercados consumidores.

Estes fatores levaram a uma urbanização acelerada, pois as indústrias necessitavam de cada vez mais “braços” para poder produzir em larga escala e atender ao mercado regional e mundial de produtos.

Diante deste aumento da demanda por trabalhadores no setor industrial, os salários na indústria ficaram melhores do que os do campo e as pessoas passaram a se mudar das fazendas para as grandes cidades em busca de trabalho.

Desta forma, o êxodo rural (massa de trabalhadores saída do campo e dirigindo-se para as cidades em busca de melhores condições de trabalho) foi marcante neste período.

Estas pessoas encontravam na cidade grande uma realidade totalmente diferente da qual estavam acostumadas. Se antes tinham uma “terrinha” para cultivar alguns alimentos, agora tinham de comprar estes produtos no mercado.

Se anteriormente aprendiam a trabalhar na prática, agora tinham de frequentar escolas para poder lidar com as máquinas. Assim, passaram a demandar serviços que antes não existiam em grande escala, como escolas e hospitais públicos.

Deste modo, tinham necessidades que o Estado (que tinha uma filosofia liberal) ainda não estava capacitado para atender. Era o início do que iríamos denominar de “sociedade de massa”.

Portanto, o Estado, que antes só se preocupava em manter a ordem interna e externa, passa a ter de se organizar cada vez mais para induzir o crescimento econômico, aumentar a infraestrutura do país e prestar cada vez mais serviços à população.

O Patrimonialismo não conseguia mais atender a este novo Estado, que concentrava cada vez mais atividades em sua máquina.

O **modelo Burocrático**, inspirado por Max Weber, veio então suprir esta necessidade de impor uma administração adequada aos novos desafios do Estado moderno, com o objetivo de combater o nepotismo e a corrupção. Ou seja, uma administração mais racional e impessoal.



Figura 3 - Contexto da burocracia

Desta forma, o modelo burocrático surgiu como uma necessidade histórica baseada em uma sociedade cada vez mais complexa, em que as demandas sociais cresceram, e havia um ambiente com empresas cada vez

maiores, com uma população que buscava uma maior participação nos destinos dos governos.

Portanto, não se podia mais “depende” do arbítrio de um só indivíduo. As regras deveriam estar claras para todos e as decisões deveriam ser tomadas com base em uma lógica racional.

Uma coisa que devemos ter em mente é que a Burocracia foi uma grande evolução do modelo patrimonialista. Weber concebeu a Burocracia como o modelo mais racional existente, o qual seria mais eficiente na busca dos seus objetivos.



Atualmente, o termo Burocracia é visto como algo negativo em nossa sociedade, mas o modelo “puro” pensado por Weber foi um grande avanço em relação ao que existia antes e possibilitou a construção de um Estado mais atuante e capacitado do que existia.

As características principais da Burocracia são:

- **Formalidade** – a autoridade deriva de um conjunto de normas e leis, expressamente escritas e detalhadas. O poder do chefe é restrito aos objetivos propostos pela organização e somente é exercido no ambiente de trabalho - não na vida privada. As comunicações internas e externas também são todas padronizadas e formais.
- **Impessoalidade** – Os direitos e deveres são estabelecidos em normas. As regras são aplicadas de forma igual a todos, conforme seu cargo em função na organização. Segundo Weber, a Burocracia deve evitar lidar com elementos humanos, como a raiva, o ódio, o amor, ou seja, as emoções e as irracionalidades. As pessoas devem ser promovidas por mérito, e não por ligações afetivas. O poder é ligado não às pessoas, mas aos cargos – só se tem o poder em decorrência de estar ocupando um cargo.
- **Profissionalização** – As organizações são comandadas por especialistas, remunerados em dinheiro (e não em honrarias, títulos de nobreza, sinecuras, prebendas, etc.), contratados pelo seu mérito e seu conhecimento (e não por alguma relação afetiva ou emocional).

O modelo burocrático, que se caracterizou pela meritocracia na forma de ingresso nas carreiras públicas, mediante concursos públicos, buscou eliminar o hábito arraigado do modelo patrimonialista de ocupar espaço no

aparelho do Estado através de trocas de cargos públicos por favores pessoais ao soberano.

Neste modelo, as pessoas seriam nomeadas por seus conhecimentos e habilidades, não por seus laços familiares ou de amizade. Prebendas e sinecuras, características do modelo patrimonialista, ou seja, aquelas situações em que pessoas ocupam funções no governo ganhando uma remuneração em troca de pouco ou nenhum trabalho, são substituídas pelo concurso público e pela noção de carreira.

Desta forma, o que se busca é a profissionalização do servidor público, sua especialização. De acordo com Weber, o quadro administrativo em uma burocracia de modelo “puro” se compõe de funcionários individuais, os quais⁸:

- São **pessoalmente livres**; obedecem somente às obrigações objetivas de seu cargo;
- São nomeados (e não eleitos) numa hierarquia rigorosa dos cargos;
- Têm **competências funcionais fixas**;
- Em **virtude de um contrato**, portanto, (em princípio) sobre a base **de livre seleção** segundo;
- A **qualificação profissional** – no caso mais racional: qualificação verificada mediante prova e certificada por diploma;
- São remunerados com **salários fixos em dinheiro**;
- Exercem seu cargo como **profissão única ou principal**;
- Têm a **perspectiva de uma carreira**: “progressão” por tempo de serviço ou eficiência, ou ambas as coisas, dependendo do critério dos superiores;
- Trabalham em “**separação absoluta dos meios administrativos**” e sem apropriação do cargo;
- Estão submetidos a um sistema rigoroso e homogêneo de **disciplina e controle** do serviço.

Veja abaixo, em resumo, as **características da Burocracia**:

⁸ (Weber, 2000)

Formalidade	Impessoalidade	Profissionalismo
<ul style="list-style-type: none">• Autoridade é expressa em leis;• Comunicação é padronizada;• Controle de Procedimentos.	<ul style="list-style-type: none">• Isonomia no tratamento;• Meritocracia;• Racionalidade;• Sistema legal e econômico previsível.	<ul style="list-style-type: none">• Comando é dos especialistas;• Remuneração em dinheiro;• Administrador é especialista - noção de carreira;• Hierarquia.

Figura 4 - Características da Burocracia

Dentre as principais vantagens que a Burocracia trouxe, podemos citar:

- O predomínio de uma lógica científica sobre uma lógica da intuição, do "achismo";
- A redução dos favoritismos e das práticas clientelistas;
- Uma mentalidade mais democrática, que possibilitou igualdade de oportunidades e tratamento baseado em leis e regras aplicáveis a todos.

Hoje em dia, o termo Burocracia virou sinônimo de ineficiência e lentidão, pois conhecemos os defeitos do modelo (que chamamos de disfunções da Burocracia), mas ele foi um passo adiante na sua época!

Na Burocracia, existe uma desconfiança extrema em relação às pessoas, portanto são desenvolvidos controles dos processos e dos procedimentos, de forma a evitar os desvios.

Ou seja, os funcionários têm pouca discricionariedade, ou liberdade de escolha da melhor estratégia, para resolver um problema ou atender seus clientes! Deste modo, existe uma grande preocupação em criar critérios e processos que estabeleçam o método correto de se agir.

Todos os processos e atividades são padronizados, são manualizados! Com isso, os servidores passam a se preocupar mais em seguir regulamentos e normas do que em atingir bons resultados.

Outra característica da Burocracia é a hierarquia. As organizações são estruturadas em vários níveis hierárquicos, em que o nível de cima controla

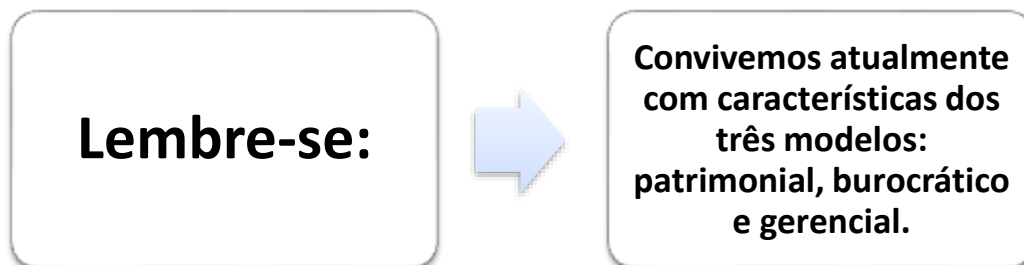
o de baixo. É o que chamamos de estrutura verticalizada, na qual as decisões são tomadas na cúpula (topo da hierarquia ou nível estratégico).

Esta situação acaba gerando uma demora na tomada de decisões e no fluxo de informações dentro da organização! Outro problema é a dificuldade de trocar informações com outras áreas da empresa, pois este fluxo não é livre (você precisa enviar a informação ao seu chefe, que envie a solicitação ao chefe do outro setor etc.)

Desta maneira, é importante não confundir a Teoria da Burocracia, ou seu modelo “puro”, com os problemas que a Burocracia causou – o que chamamos de disfunções da Burocracia. Normalmente a banca citará uma “**disfunção**” da burocracia e dirá que é uma característica da Teoria da Burocracia.

Por exemplo, as nomeações para funções públicas sem base no mérito ainda ocorrem com frequência no Brasil. Sabemos que é um dos problemas da Administração Pública na prática. Entretanto, isto não faz parte da teoria da Burocracia, ou seja, do **modelo idealizado** por Weber!

Além disso, vocês devem entender que **nenhum modelo existiu isoladamente**, mas que conviveram e convivem juntos. No nosso contexto atual, temos ainda aspectos presentes que são heranças do patrimonialismo (nomeações em cargos de confiança), aspectos da teoria da burocracia (concursos públicos e noção de carreira, entre outros) e aspectos do modelo gerencial, que veremos a seguir.



O modelo de gestão pública buscado no momento é o gerencial, mas ainda é muito forte a presença do modelo burocrático e, infelizmente, do próprio modelo patrimonialista na administração pública brasileira. Ou seja, **nunca aplicamos o modelo “puro” da burocracia weberiana**. Preste atenção, pois as bancas costumam cobrar muito isso.

Veja o texto abaixo do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, de 1995⁹, documento muito importante e que recomendo a leitura a todos que queiram se aprofundar no tema das reformas administrativas no Brasil. O texto original é esse:

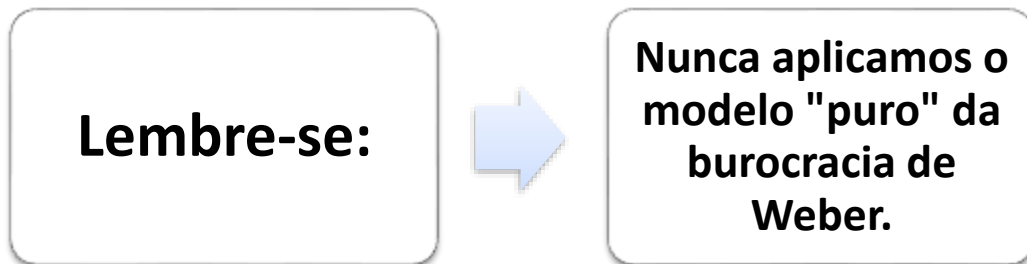
*"A administração pública brasileira, **embora marcada pela cultura burocrática e regida pelo princípio do mérito profissional, não chegou a se consolidar, no***

⁹ (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995)

conjunto, como uma burocracia profissional nos moldes weberianos. Formaram-se grupos de reconhecida competência, como é o caso das carreiras acima descritas, bem como em áreas da administração indireta, mas os concursos jamais foram rotinizados e o valor de sua remuneração real variou intensamente em função de políticas salariais instáveis. Os instrumentos de seleção, avaliação, promoção e treinamento que deram suporte a esse modelo estão superados.”

O que fica claro é que o nosso modelo ainda guarda práticas e costumes patrimonialistas, e o próprio modelo burocrático hoje não é mais visto como adequado aos novos desafios da administração pública.

Portanto, temos hoje um modelo ainda muito baseado na Burocracia, mas com resquícios de clientelismo e patrimonialismo, e alguns setores que já aplicam a administração gerencial. **Não aplicamos o modelo “puro” de Weber.**



As principais disfunções da Burocracia são:

- ✓ **Dificuldade de resposta às mudanças no meio externo** – visão voltada excessivamente para as questões internas (sistema fechado, ou seja, autorreferente, com a preocupação não nas necessidades dos clientes, mas nas necessidades internas da própria burocracia).
- ✓ **Rigidez e apreço extremo às regras** – o controle é sobre procedimentos e não sobre resultados, levando à falta de criatividade e ineficiências.
- ✓ **Perda da visão global da organização** – a divisão de trabalho pode levar a que os funcionários não tenham mais a compreensão da importância de seu trabalho nem quais são as necessidades dos clientes ou dos outros órgãos da instituição.
- ✓ **Lentidão no processo decisório** – hierarquia, formalidade, centralização e falta de confiança nos funcionários levam a uma demora na tomada de decisões importantes.
- ✓ **Excessiva formalização** – em um ambiente de mudanças rápidas, não se consegue padronizar e formalizar todos os procedimentos e tarefas, gerando uma dificuldade da organização de se adaptar a

novas demandas. A formalização também dificulta o fluxo de informações dentro da empresa.

Podemos resumir as principais disfunções ou problemas do modelo burocrático no quadro abaixo:



Figura 5 - disfunções da Burocracia

Outro aspecto importante é a **relação da burocracia com o poder político**. Weber preocupava-se com o aumento do poder da burocracia no Estado moderno. Os políticos cederiam cada vez mais influência à burocracia, o que criaria um **"absolutismo burocrático"**, ou seja, um abuso de poder por parte da administração, em prejuízo dos representantes da população.

Portanto, a criação das leis e seu controle devem ser privativos dos políticos, de forma a limitar o poder e o alcance desta burocracia. Outra disfunção que pode ocorrer é o **"insulamento burocrático"**, uma situação em que os técnicos dentro da máquina administrativa passam a ser "blindados" contra a interferência do público em geral e de outros órgãos do governo.

Estes órgãos ou grupo de técnicos teriam então mais liberdade para buscar objetivos específicos, mas também poderiam passar a não “ouvir” mais a população, ou seja, buscar não os objetivos desejados pelos cidadãos, mas os seus próprios objetivos (ou dos grupos empresariais dominantes).

Desta forma, não existiria um controle social sobre o trabalho destes servidores, pois estes estariam “blindados” aos desejos e interesses da sociedade civil.

Um grande crítico da Burocracia foi Michel Crozier¹⁰. Este autor buscou apontar que este modelo reduzia a eficácia das organizações, ao contrário do que pensava Weber. As instituições não poderiam operar como máquinas.

Assim, as organizações deveriam ser vistas como algo que:

*“Não está apenas constituída pelos direitos e obrigações da bela máquina burocrática, e nem muito menos pela exploração e pela resistência da força de trabalho a ser explorada por um patrão ou por uma tecnoestrutura. Ela é **um conjunto complexo de jogos entrecruzados e interdependentes**, através dos quais **os indivíduos**, com oportunidades frequentemente muito diferentes de sucesso, **procuram maximizar seus benefícios**, respeitando as regras não escritas do jogo que o meio lhes impõe, tirando partido sistematicamente de todas as suas vantagens e tentando minimizar as dos outros. ”*

Outro ponto ressaltado por Crozier seria o **caráter de estabilidade do modelo burocrático**. Para esse autor, uma organização burocrática não é propensa a mudanças.

Assim sendo, **as burocracias costumam enfrentar longos períodos de estabilidade, com espaços curtos de crise aguda**. Portanto, a crise seria o “estopim” ou a “janela de oportunidade” para as mudanças necessárias.

Este seria um problema inerente ao modelo burocrático, pois estas organizações seriam quase sempre reativas aos problemas. E como sabemos, quando as crises aparecem as soluções se tornam mais difíceis e custosas. O ideal seria que a mudança na instituição ocorresse antes da “bomba” estourar, não é verdade?

Vamos praticar agora?

¹⁰ (Crozier, 1981)

(CESPE – MDS – ADMINISTRADOR) Prebendas e sinecuras, formas patrimonialistas de ocupação de espaços no aparelho do Estado, são substituídas por critérios meritocráticos no modelo burocrático.

Como já vimos, o modelo burocrático buscou acabar com a “troca de favores” que definia o modelo patrimonialista. Assim, a questão está correta.

Gerencialismo - A Nova Gestão Pública.

Durante as décadas de 70 e 80 do século passado, muitos governos passaram por momentos difíceis, com uma economia em recessão e choques externos (como os do petróleo em 73 e 79), que levaram a uma **crecente dificuldade destes governos em manter o “Estado de bem-estar”** (série de bens e serviços fornecidos pelo Estado a qualquer cidadão – educação e assistência médica gratuitas, renda mínima, auxílio desemprego etc.).

Além disso, a crise dificultou a manutenção do **investimento estatal**, que foi a alavanca do crescimento econômico de várias economias até aquele momento¹¹.

No caso do Brasil, o modelo de desenvolvimento era baseado em pesados investimentos estatais em infraestrutura e na criação de diversas empresas públicas para induzir o crescimento da economia nacional.

Principalmente nos anos 60 e 70, o governo brasileiro utilizou o Estado para buscar esse aumento do crescimento econômico. O investimento direto em diversas áreas (como a petroquímica e a siderurgia) foi a base deste processo. Com a crise internacional, o Estado brasileiro viu-se impossibilitado de continuar a impulsionar a economia desta forma.

A **crise fiscal** foi também um importante fator complicador, pois ficou cada vez mais difícil para o país “rolar”¹² as dívidas antigas e financiar os déficits. Portanto, **era primordial reduzir os gastos governamentais**.

Naquele momento, o aumento de impostos não era visto pelo governo como uma alternativa “palatável” ou aceitável, pois os cidadãos

¹¹ (Abrucio, 1997)

¹² “rolar” uma dívida significa pagar o valor devido com uma dívida antiga com o dinheiro de uma nova dívida.

tinham uma percepção extremamente negativa da capacidade da máquina estatal de utilizar os recursos públicos.

Nesse contexto, a dívida externa brasileira cresceu enormemente e o Brasil acabou declarando moratória (dando o famoso “calote”) desta dívida – junto com diversos países latino americanos.

Desta forma, o início da década de 80 foi marcado por um baixo crescimento econômico por parte da maioria destes países. Este período econômico da história brasileira – e sul-americana – ficou conhecido como a “**década perdida**”.

A **crise do Estado** levou a uma crescente **crítica ao modelo burocrático**, visto como causador de lentidão, ineficiências e gastos excessivos. O governo era visto como um gastador perdulário, que não tinha eficiência e prestava um péssimo serviço aos cidadãos.

Na busca por uma solução para superar a crise, a alteração do modelo de gestão burocrático, com suas formalidades e ineficiências, era um dos temas discutidos.

Muitos teóricos iniciaram então uma busca por melhores práticas e foram ao encontro de várias iniciativas já em curso na administração empresarial. **O setor privado era visto como mais eficiente e detentor de um modelo mais avançado de gestão.**

Para ganhar eficiência, o setor público deveria eliminar processos desnecessários, formalidades que não agregassem valor ao serviço e controles em excesso.

O setor estatal passou a adotar então o discurso de descentralização, da inovação, do foco nas necessidades do cliente, da estrutura mais flexível e enxuta que já existia no setor privado.

O gráfico abaixo resume o contexto em que o modelo gerencial foi introduzido. Este processo ocorreu inicialmente na Inglaterra e Estados Unidos (com os governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan), e depois nos demais países desenvolvidos.

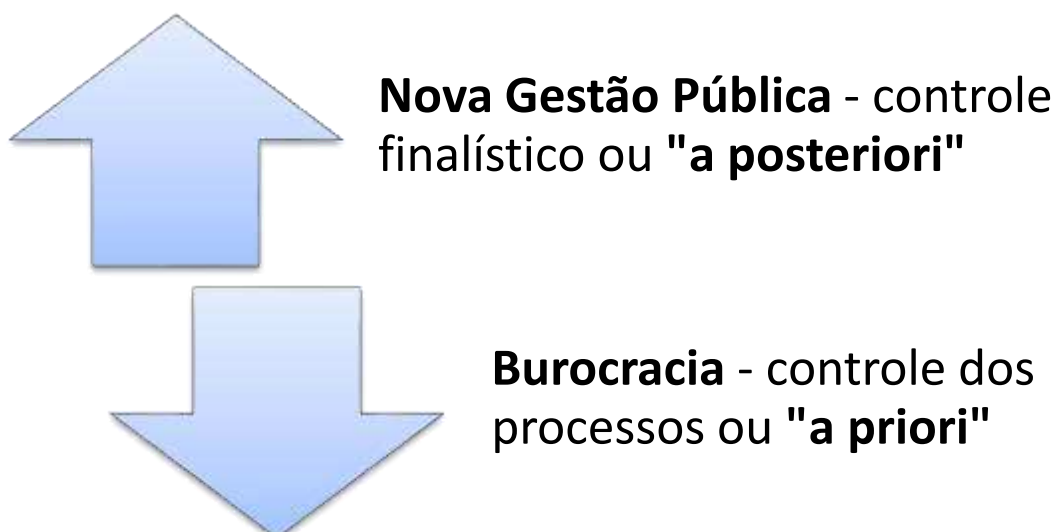


Figura 1 - contexto da introdução do gerencialismo

Essa nova concepção do Estado, em que se começou a implantar uma administração gerencial, é chamada também de Nova Gestão Pública ("New Public Management" ou NPM em inglês).

Todavia, **não podemos ver a administração gerencial como uma negação da Burocracia** já que ela mantém diversas características, como a meritocracia, a avaliação de desempenho, a noção de carreira, entre outras. Ou seja, a administração gerencial deve ser vista como uma evolução do modelo burocrático, pois "aproveita" diversos de seus aspectos.

Uma das principais diferenças entre o modelo burocrático e o modelo gerencial está na **função controle**, que deve deixar de ser efetuado com base em processos e procedimentos ("a priori" ou "ex-ante") **para ser efetuado com base em resultados** ("a posteriori" ou "ex-post").



Veja abaixo um texto do PDRAE¹³ que aborda este tópico:

*"A administração pública gerencial constitui um avanço e até um certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. **Isto não significa, entretanto, que negue todos os seus princípios.** Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. **A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados,** e não na rigorosa profissionalização da administração pública, que continua um princípio fundamental. "*

Um dos autores mais importantes quando estudamos este tema é Bresser Pereira. De acordo com ele¹⁴, o modelo burocrático é baseado em uma mentalidade de desconfiança total em relação aos servidores públicos.

Esta desconfiança é a premissa básica de todos estes controles de procedimentos. Se não confiamos na honestidade e capacidade de decisão dos servidores, controlamos todos os seus atos nos mínimos detalhes, não é mesmo?

O problema é que isto acarreta uma rigidez muito grande e uma dificuldade em lidar com problemas específicos e localizados, já que as leis não conseguem abranger todas as especificidades de um problema.

Além disso, se a pessoa que está executando uma tarefa não tem nenhuma "liberdade" de decisão, ou seja, deve apenas cumprir um regulamento detalhado, não se compromete com o resultado da ação.

Assim, o agente público cumpre o regulamento, mesmo sabendo que aquela ação resultará em demora no atendimento, falta de materiais, etc. Mais importante do que o resultado (atender bem ao cidadão, por exemplo) é ter "cumprido a regra".

Para tentar resolver esse problema, o modelo gerencial prega que o Estado deveria ter um grau de **confiança limitado** em relação aos seus servidores. Veja o texto original de Bresser:

¹³ (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995)

¹⁴ (Bresser Pereira, 2001)

"Algumas características básicas definem a administração pública gerencial. É orientada para o cidadão e para a obtenção de resultados; pressupõe que os políticos e os funcionários públicos são merecedores de um grau real ainda que limitado de confiança. "

Ou seja, deve-se dar autonomia ao servidor e cobrar resultados. O objetivo não pode ser que ele cumpra 497 regulamentos diversos e sim que os objetivos e metas dos órgãos sejam alcançados. A ideia é valorizar a capacidade de tomada de decisão e o empreendedorismo do servidor.

Outra ideia é a de competição. Para muitos teóricos do gerencialismo (como Gaebler e Osborne¹⁵), o problema da falta de eficiência e eficácia de muitos órgãos públicos pode ser "debitado" ao "monopólio" destes órgãos na prestação de serviços públicos.

Desta maneira, a Polícia Federal teria pouca preocupação em acelerar a emissão de passaportes, por exemplo, pois o cidadão não teria outra opção para conseguir este serviço. Não dá para ir à Anatel e tirar um passaporte, não é mesmo? Assim, o infeliz do cidadão terá de esperar na fila. Para estes autores, este monopólio deveria ser "quebrado" sempre que possível.

Veja abaixo no gráfico os objetivos do modelo gerencial, de acordo com o PDRAE:

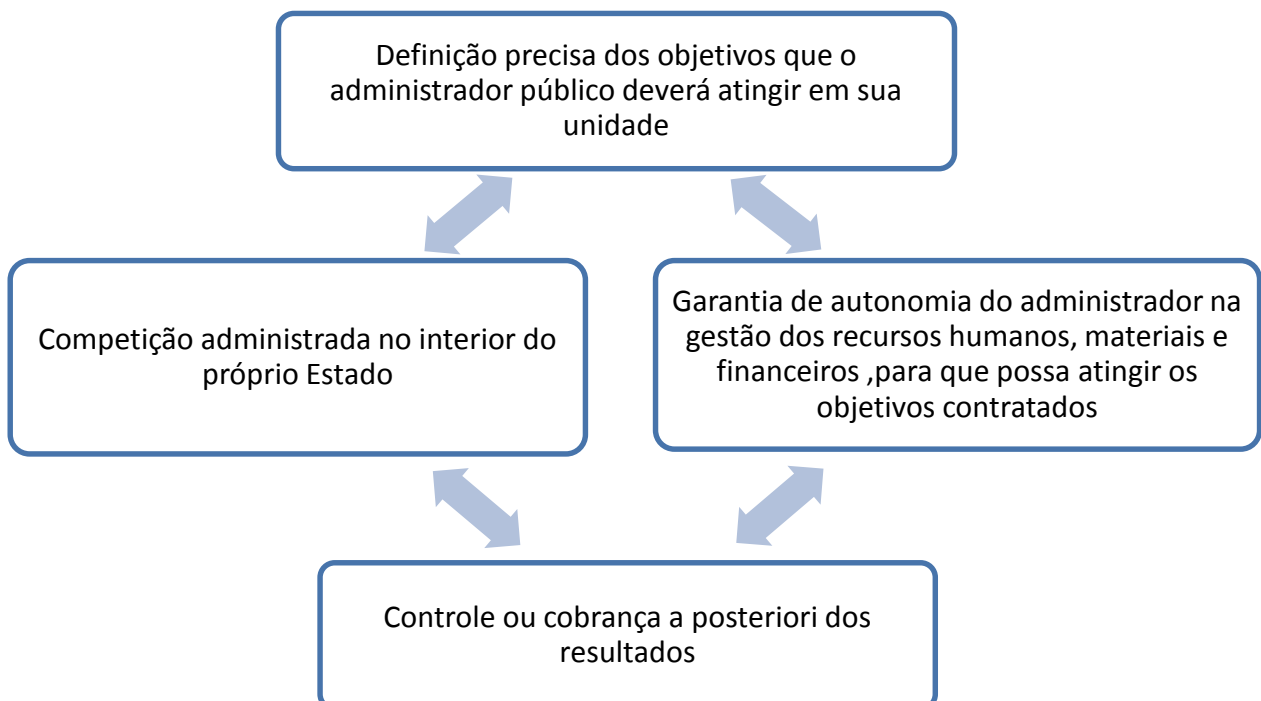


Figura 2 - Objetivos do gerencialismo

¹⁵ (Osborne & Gaebler, 1992)

Continuando nossa aula, outro ponto trabalhado por Bresser é a noção de que se deve coibir uma forma de privatização do Estado, que ele chama de **"Rent-seeking"** (ou a busca pela renda/recurso, em tradução livre).

O termo privatização não está sendo aqui usado com o significado de venda de empresas estatais, como é geralmente conhecido! A ideia é a de que o recurso público está se destinando a um interesse privado (interesses de grupos de pressão, de partidos etc.). Veja outro texto de Bresser abaixo:

*"A administração pública gerencial, por sua vez, **assume que se deve combater o nepotismo e a corrupção, mas que, para isto, não são necessários procedimentos rígidos.** Podem ter sido necessários quando dominavam os valores patrimonialistas; mas não o são hoje, quando já existe uma rejeição universal a que se confundam os patrimônios público e privado. Por outro lado, emergiram novas modalidades de apropriação da res publica pelo setor privado, que não podem ser evitadas pelo recurso aos métodos burocráticos. **Rent-seeking é quase sempre um modo mais sutil e sofisticado de privatizar o Estado e exige que se usem novas contra-estratégias.** A administração gerencial — a descentralização, a delegação de autoridade e de responsabilidade ao gestor público, o rígido controle sobre o desempenho, aferido mediante indicadores acordados e definidos por contrato — além de ser uma forma muito mais eficiente para gerir o Estado, envolve estratégias muito mais efetivas na luta contra as novas modalidades de privatização do Estado. "*

Assim, o termo privatização é utilizado na frase não como venda regular de um patrimônio público à iniciativa privada, mas como o "parasitismo" do Estado, como o próprio Bresser define: "Rent-seeking é definido como a atividade de indivíduos e grupos de buscar "rendas" extra-mercado para si próprios através do controle do Estado. "

A palavra tem origem na teoria econômica neoclássica, onde um dos sentidos da palavra "rent" é exatamente o ganho que não tem origem nem no trabalho, nem no capital.

Este é o caso de grupos poderosos que se aproveitam de seu poder de influenciar o governo para receber recursos que não deveriam estar recebendo. Temos atualmente inúmeros casos de sindicatos, por exemplo, que recebem recursos públicos sem ter prestado nenhum serviço à sociedade, apenas por seu poder de ajudar ou atrapalhar o governante de ocasião!

Desta forma, veja no quadro abaixo um resumo das **principais características da Administração Gerencial**:

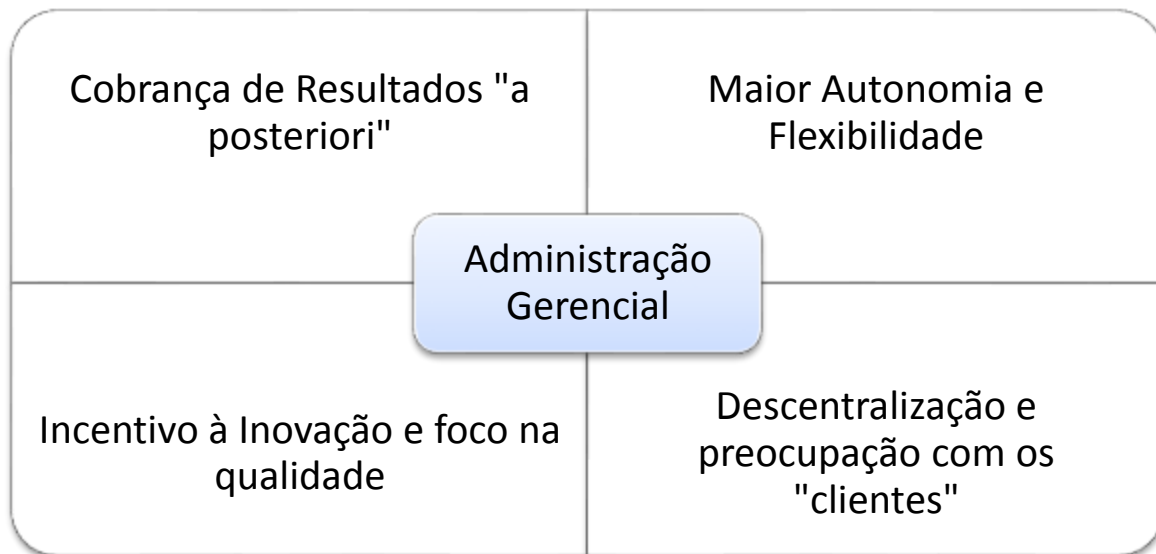


Figura 6 - Características do modelo gerencial

Alguns autores também associam ao modelo gerencial a **Gestão por Competências**, que é um modelo de gestão de pessoas mais moderno e que busca captar e desenvolver os **conhecimentos, habilidades e atitudes** dos trabalhadores.

Outras características marcantes do novo modelo gerencial são: a **demandada por maior autonomia aos gestores públicos** (financeira, material e de recursos humanos), a **definição clara de quais serão os objetivos que os gestores devem buscar**, a **descentralização administrativa**, o **incentivo à inovação**, a maior flexibilidade, a preocupação com as necessidades dos "clientes", o foco na qualidade dos serviços públicos e uma estrutura hierárquica mais achatada e flexível.

O modelo de administração gerencial não surgiu "pronto". Este teve uma evolução que podemos classificar em três momentos: inicia-se com o que chamamos de gerencialismo puro (ou managerialism), depois se volta para o "consumerism" e o PSO - "Public Service Orientation".

Como já vimos, as reformas administrativas implantadas nos países anglo-saxões a partir dos anos 70 do século passado, e depois disseminadas para os outros países, ficaram conhecidas pelo nome de Nova Gestão Pública (ou *New Public Management* – NPM).

De acordo com Paula¹⁶:

"a partir da década de 1970, a tentativa de adaptar e transferir os conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o setor público"

¹⁶ (Paula, 2005)

começou a se tornar preponderante, principalmente no Reino Unido e nos Estados Unidos. Esta visão alcançou o seu auge nos anos 1980 com a emergência da new public management ou nova administração pública. ”

Estas reformas foram causadas pelas crises fiscais destes países e geraram uma revisão do papel do Estado na economia e uma noção de que o atendimento aos cidadãos devia ser prestado com mais qualidade.

Além disso, a definição e o controle de resultados, atrelados a mecanismos como os contratos de gestão, buscaram associar, à administração pública, um novo paradigma de gestão que viesse substituir o modelo burocrático.

Assim, existiram três principais fases destas reformas: O Gerencialismo Puro, o Consumerism e o Public Service Orientation.

Vamos praticar agora?

(CESPE – TRE-BA – ANALISTA) A administração pública burocrática se alicerça em princípios como profissionalização, treinamento sistemático, impessoalidade e formalismo, que são abandonados à medida que a administração pública gerencial, calcada na eficiência e na eficácia, se sobrepõe ao modelo burocrático.

O erro da questão é que nem **todos estes princípios do modelo burocrático citados são abandonados pelo modelo gerencial**, mas sim incorporados ao modelo gerencial.

Portanto, o modelo gerencial é uma ruptura somente com alguns aspectos da burocracia (o formalismo, por exemplo), mas podemos dizer que “se apoia” em vários de seus princípios (profissionalização, meritocracia, etc.). Assim, o gabarito é questão errada.

Gerencialismo Puro - Managerialism

O primeiro impulso da Nova Gestão Pública (NPM) veio com o gerencialismo puro (ou *managerialism* – em inglês). De acordo com Abrucio¹⁷, a Inglaterra, no governo Thatcher em 1979, foi um dos primeiros países a adotar os conceitos do NPM.

¹⁷ (Abrucio, 1997)

O contexto era de exaustão das finanças do Estado e de incapacidade do mesmo em atender a todas as demandas sociais que a sociedade cobrava. Neste primeiro momento, **as primeiras ações buscaram reduzir custos e pessoal.**

O objetivo era devolver ao Estado a condição de investir através da **redução de custos** e do **aumento da eficiência**. Dentro deste prisma, estava toda uma estratégia de reposicionar o papel do Estado na sociedade, reduzindo o número de atividades que eram exercidas. O primeiro impulso deste modelo, portanto, foi na direção de melhorar as finanças e a produtividade dos órgãos públicos.

A burocracia era vista como excessivamente rígida e centralizadora na época, tornando o Estado lento e pouco responsivo às demandas do meio externo. Além disso, acabou gerando uma mentalidade no setor público de busca do cumprimento de regras e regulamentos, e não dos resultados.

Dentre as iniciativas de Thatcher estavam: a **privatização**, a **desregulamentação**, a **redução de cargos públicos**, a **definição clara dos objetivos de cada setor** e outras com o intuito de reduzir os gastos. O movimento ficou conhecido como “rolling back the state”, algo como “retração da máquina estatal”.

De acordo com Jenkins¹⁸:

“Thatcher se comprometeu a mudar este modo de funcionamento do serviço público (centralização administrativa), aumentando a eficiência administrativa do Estado. Suas primeiras medidas foram reduzir o tamanho da máquina e o seu custo: a administração central passou de 700 mil para aproximadamente 600 mil funcionários. Em seguida, aprimorou o gerenciamento por meio das ações da Efficient Unit, que tinha como objetivo acompanhar as melhorias na administração do serviço público e executar avaliações do desempenho dos servidores.”

Nesta visão, o cidadão é encarado pelo Estado como contribuinte (financiador do Estado), que deve ter seus recursos gastos de maneira mais consciente.

¹⁸ (Jenkins, 1998) apud (Abrucio, 1997)

Alvo do Gerencialismo Puro

- Aumento da eficiência e redução de custos

Assim, foi implantada aos poucos uma administração voltada para os resultados, com uma maior flexibilidade e descentralização dos gestores públicos, em vista a um ganho esperado de eficiência, que ao final acabou ocorrendo – pelo menos na ótica do gasto público.

Como falamos acima, o gerencialismo buscou aumentar a eficiência do setor público. Mas, após os primeiros resultados, viu-se que o setor público não deveria apenas se preocupar com a eficiência, mas principalmente com a efetividade. Vamos lembrar rapidamente estes conceitos?

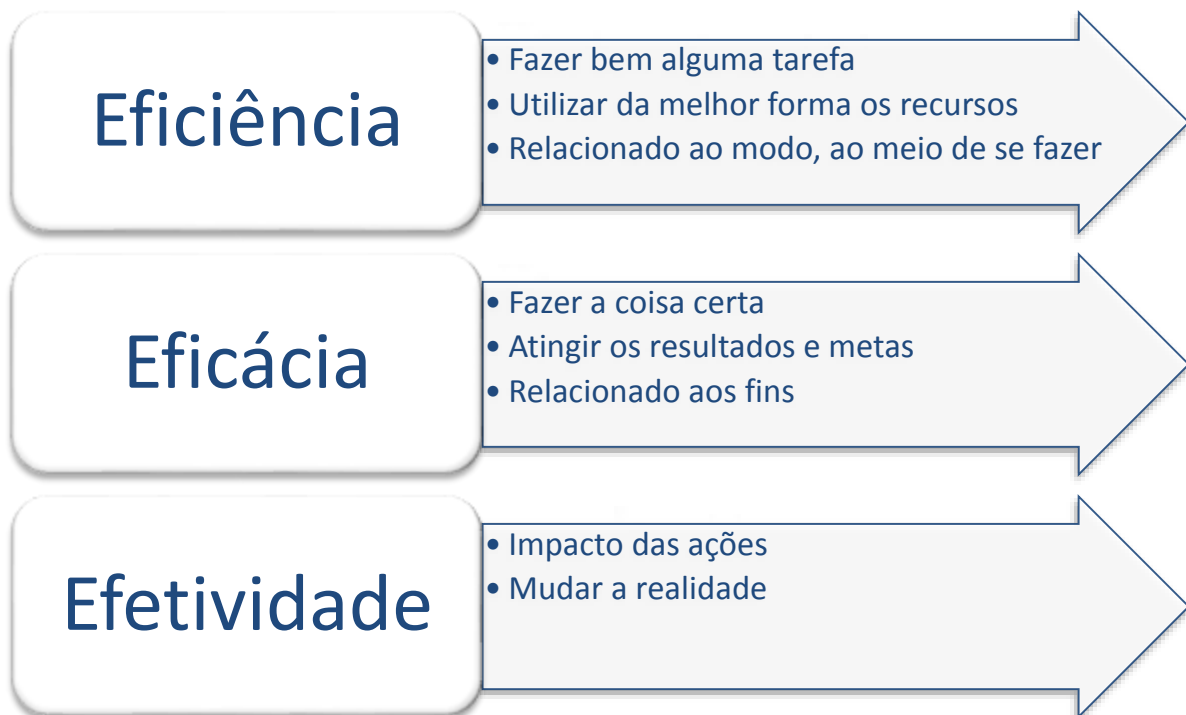


Figura 7 - Eficiência, eficácia e efetividade

Portanto, o gerencialismo puro buscava mais a eficiência, relacionada à gestão dos recursos, do que a efetividade – o efeito ou impacto na realidade social decorrentes das ações do governo.

De acordo com Paula¹⁹, as características principais deste modelo foram:

- ✓ *Descentralização do aparelho de Estado, que separou as atividades de planejamento e execução do governo e transformou as políticas públicas em monopólio dos ministérios;*
- ✓ *Privatização das estatais;*
- ✓ *Terceirização dos serviços públicos;*
- ✓ *Regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado;*
- ✓ *Uso de ideias e ferramentas gerenciais advindas do setor privado.*

Consumerism

Desta forma, o gerencialismo puro recebeu muitas críticas, pois a redução de custos e o aumento da eficiência não podiam ser o único objetivo das reformas. Mas o retorno à burocracia não era mais visto como uma solução aceitável.

O que faltava no modelo era a visão de que os **serviços deveriam ser prestados com qualidade e com foco nas necessidades dos "clientes"** e não com base nas necessidades da máquina pública.

Esta nova visão não renegou os princípios do gerencialismo puro, mas acrescentou outras variáveis e prioridades. Foi o **início do que chamamos de "paradigma do cliente"** na administração pública. A preocupação deixou somente de ser com os custos e a produtividade para ser voltada a **"fazer melhor" – entregar serviços de qualidade para a sociedade.**

Uma das medidas tomadas neste modelo foi a **descentralização** do processo decisório. A ideia é delegar poderes para quem está efetivamente envolvido na prestação do serviço ao "cliente".

Ao dar liberdade e autonomia para o servidor público que está lidando com o problema diretamente, sem necessitar "passar" esta informação a um superior e esperar sua resposta, aumentam-se as chances da organização responder ao problema de forma mais acertada.

Além disso, as decisões são mais rápidas e o próprio "cliente" poderá acompanhar o processo decisório e cobrar do agente público que gerencia o processo. Pense bem, sempre será mais fácil cobrar algo de um prefeito do que de um ministro ou Presidente da República, não é mesmo?

¹⁹ (Paula, 2005)

Portanto, a fiscalização sempre será mais fácil quando o agente público que toma a decisão estiver mais próximo do cidadão.

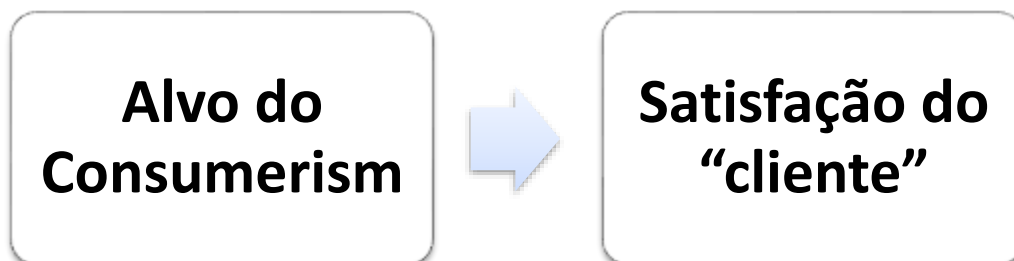
Outra medida foi a tentativa de quebrar o “monopólio” na prestação de serviços dentro da máquina pública, tentando assim criar uma competitividade dentro do setor público e gerando alternativas de atendimento ao “cliente”.

Ou seja, devia-se buscar, sempre que possível, criar alternativas para o “cliente” na prestação de serviços públicos (como no caso de escolas próximas, por exemplo) e fomentar esta “disputa” entre estes prestadores de serviços públicos.

De acordo com Martins²⁰,

*“O consumerism consistiu numa segunda resposta, uma reorientação do gerencialismo puro mais voltada à racionalização tendo como **ponto central a questão da satisfação das necessidades dos cidadãos/consumidores de serviços públicos.** A ênfase deste modelo é uma estratégia de **qualidade**, a ser controlada pelo programa Citizen’s Charter, cujos resultados apoiavam-se em medidas tais como descentralização, estímulo à competitividade, modelos contratuais flexíveis e direcionados para a qualidade. ”*

Por fim foram criados novos modelos contratuais, que serviriam como uma gestão de resultados no setor público.



As **principais críticas** direcionadas ao Consumerism vieram exatamente do **problema de se considerar o cidadão um simples cliente**, pois apesar de ser uma evolução do que existia antigamente, não se adapta perfeitamente ao real relacionamento que deve existir entre o Estado e seus cidadãos.

O termo cliente traz a noção de tratamento diferenciado aos que realmente utilizam os serviços públicos, enquanto o **Estado deve ser isonômico!**

²⁰ (Martins, 1997)

Assim sendo, o bordão comum no setor privado (“o cliente sempre tem razão”) não se aplica no setor público, e no relacionamento entre o Estado e o cidadão devem existir direitos e deveres.

O conceito de cliente VIP também seria obviamente inconstitucional, pois o Estado não poderia tratar como especial um cidadão por ser um maior contribuinte, não é mesmo?

Imagine se os maiores empresários do Brasil tivessem uma fila de atendimento prioritário em um órgão público. Não seria bem aceito isso pela população, não é verdade? Desta forma, se fez necessária uma nova visão, que iremos ver no Public Service Orientation.

Public Service Orientation - PSO

Com o PSO, que é a versão atual ou mais moderna da Nova Gestão Pública (ou NPM), entra a noção de tratamento não somente como “cliente”, mas como **cidadão** – uma noção mais ampla do que a de cliente, **com direitos e deveres**. Ou seja, neste caso, o cidadão não só pode como deve supervisionar a gestão dos recursos públicos e o funcionamento do Estado como um todo.

Os princípios do PSO são temas como a **equidade, a justiça, a transparência, a accountability, bem como a participação popular**.

A **descentralização** no PSO não é vista somente como uma maneira de melhorar os serviços prestados, mas como um meio de **possibilitar a participação popular**, criando-se uma arena que aumente a participação política dos cidadãos.

Desta forma, busca-se trazer o cidadão para dentro da esfera do funcionamento do Estado, de modo que ele possa direcionar a maioria das ações do Estado.

Veja como Marini²¹ descreve o PSO abaixo:

*"O terceiro, o **Public Service Oriented (PSO)**, está baseado na noção de equidade, de resgate do conceito de esfera pública e de ampliação do dever social de prestação de contas (accountability). Essa nova visão, ainda que não completamente delimitada do ponto de vista conceitual, introduz **duas importantes inovações: uma no campo da descentralização, valorizando-a como meio de implementação de políticas públicas; outra***

²¹ (Marini, 2003)

a partir da mudança do conceito de cidadão, que evolui de uma referência individual de mero consumidor de serviços, no segundo modelo, para uma conotação mais coletiva, incluindo seus deveres e direitos. Desse modo, mais do que “fazer mais com menos” e “fazer melhor”, o fundamental é “fazer o que deve ser feito”. Isto implica um processo de concertação nacional que aproxima e compromete todos os segmentos (Estado, sociedade, setor privado, etc.) na construção do projeto nacional.”

Portanto, a visão atual é a de que o Estado deve não só prestar serviços de qualidade e tratar bem seus cidadãos, mas que deve proporcionar meios que possibilitem a cobrança de resultados e a participação destes cidadãos nas políticas públicas, de modo que o cidadão deixe de ser passivo diante do Estado para uma postura mais ativa.

De acordo com Martins²², o PSO:

*“Propõe uma revalorização da política na definição das finalidades estatais, **aumento da accountability, participação, transparência, equidade e justiça.** Este movimento baseia-se numa visão coletiva do cidadão, enfoca a esfera pública como um locus de aprendizado social e prega o aprimoramento da cultura cívica do cidadão, burocrata e político. ”*

Podemos abaixo ver as principais características de cada modelo:

Modelo	Principais Características
Gerencialismo Puro	Redução de custos e eficiência
Consumerism	Satisfação dos clientes/usuários, foco na qualidade
Public Service Orientation	Accountability, aumento da participação social, transparência, equidade e justiça

²² (Martins, 1997)

Modelo de Governança Pública

Nos últimos anos, tem havido uma crescente crítica ao modelo gerencial, como proposto pelo PDRAE na Reforma de 1995. Muitos autores passaram a considerar que os paradigmas desta reforma deveriam ser revistos.

Para Peci et Al²³, o modelo de Governança Pública e a Nova Gestão Pública teriam as seguintes características e diferenças:

Tabela 1 - New Public Management x Governança. Fonte: (Peci, Pieranti, & Rodrigues, 2008)

Conceito	Nova Gestão Pública – NPM	Governança Pública
Desenvolvimento de novos instrumentos para controle e accountability	Ignora ou reduz o papel dos políticos eleitos, recomendando a independência dos burocratas; accountability é uma questão pouco resolvida; o foco está na introdução dos mecanismos de mercado.	Enfatiza a capacidade de liderança dos políticos eleitos, responsáveis pelo desenvolvimento e gestão de redes público-privadas; accountability continua uma questão pouco resolvida; o foco está na participação de stakeholders, especialmente, no cliente-cidadão.
Redução da dicotomia público-privada	A dicotomia é considerada obsoleta, por causa da ineficiência do Estado. Solução proposta: importação de técnicas gerenciais do setor privado.	A dicotomia é considerada obsoleta, por causa da maior participação de outros atores. Solução proposta: o setor público deve assumir um papel de liderança na mobilização de redes público-privadas.
Ênfase crescente na competição	A competição é estratégia central para o aumento da eficiência da gestão pública e para responder melhor ao cliente.	A competição não é vista como estratégia central; o foco está na mistura de recursos públicos e privados, com maior competição, onde for o caso.
Ênfase no controle dos resultados ao invés do controle dos insumos	Foco nos resultados e crítica ao controle dos insumos. Mecanismos como contratos de gestão e acordos de resultados são incentivados.	Existe dificuldade em especificar os objetivos e, conseqüentemente, resultados das políticas públicas. Mecanismos como contratos de gestão ou acordos de resultados são incentivados.
Ênfase no papel articulador do Estado	O Estado deve ser capaz de cortar gastos, ao mesmo tempo em que responde às	O Estado deve ser capaz de aumentar as coalizões com

²³ (Peci, Pieranti, & Rodrigues, 2008)

	expectativas crescentes e diversificadas da clientela.	outros atores, definindo prioridades e objetivos. A comunicação entre os diversos atores é estimulada pela ação do Estado.
Desenho das estruturas organizacionais	Estruturas governamentais mínimas. Diferença entre formulação e execução de políticas, a partir da lógica agente-principal.	Estruturas interorganizacionais, acompanhadas por modificações na estrutura de pessoas, procedimentos, instrumentos de gestão, planejamento e orçamento e transparência.

Esta vertente teórica considera a governança (ou “governance”) como uma mudança no papel do Estado. Este passaria a ser mais pluralista, ou seja, aceitaria uma participação maior da sociedade na formulação das políticas públicas. Seria o **movimento da governança pública**.

Desta forma, a governança pública seria uma maneira de aumentar a participação da sociedade na gestão do Estado e de tornar as decisões menos técnicas e mais políticas.

De acordo com Kooiman²⁴, a governança poderia ser definida como “*um modelo horizontal de relação entre atores públicos e privados no processo de elaboração de políticas públicas.*” Assim, o Estado abre espaço para um maior envolvimento de outros atores não-estatais na formulação, implementação, execução e avaliação das políticas públicas.

De acordo com Secchi²⁵, a governança pública seria ligada ao movimento do Neoliberalismo. De acordo com o autor:

“A etiqueta “governance” denota pluralismo, no sentido que diferentes atores têm, ou deveriam ter, o direito de influenciar a construção das políticas públicas. Essa definição implicitamente traduz-se numa mudança do papel do Estado (menos hierárquico e menos monopolista) na solução de problemas públicos.”

Assim, na visão destes autores, o movimento da governança pública seria uma resposta dos Estados a um **ambiente de maior complexidade e maiores demandas sociais**; à **ascensão dos valores neoliberais** (que derivam de uma desconfiança na capacidade do Estado sozinho resolver os problemas da sociedade e prescrevem uma associação com entidades da sociedade civil para que estas ajudem ao Estado) e à **própria**

²⁴ (Kooiman, 1993) apud (Secchi, 2009)

²⁵ (Secchi, 2009)

elevação do modelo gerencial (e sua preocupação com o desempenho da máquina estatal).

De acordo com estes autores, o resgate das redes ou comunidades como estruturas de construção de políticas públicas²⁶ é um dos pontos mais importantes do movimento da governança pública.

Além disso, dentro desta lógica, o Estado passa a ter de lidar com uma gama de redes interorganizacionais, integradas por diversos diferentes atores, sejam pertencentes ao Estado ou não, que estarão envolvidos neste processo.

Portanto, neste modelo, o Estado deixa de “fazer tudo sozinho” e passa a contar com diversos atores (ONG’s, Organizações Sociais, etc.) no processo de execução das políticas. **Assim, deixa de ocupar um papel de execução para assumir uma posição de coordenação e controle das políticas públicas**²⁷.

De acordo com Matias-Pereira²⁸, a Governança Pública está apoiada em quatro princípios:

- ✓ Relações Éticas;
- ✓ Conformidade, em todas as suas dimensões;
- ✓ Transparência;
- ✓ Prestação responsável de contas.

Para Pierre e Peters²⁹, os elementos inexoráveis da GP são as estruturas e as interações. De acordo com esses autores, *as estruturas podem funcionar por meio de mecanismos de hierarquia (governo), mecanismos autorregulados (mercado) e mecanismos horizontais de cooperação (comunidade, sociedade, redes). As interações dos três tipos de estrutura são fluidas, com pouca ou nenhuma distinção clara entre elas.*

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que não deve existir uma receita “padrão” para todos os casos. De acordo com Peci et Al, o modelo de GP deve ser moldado a cada situação, de acordo com a disponibilidade e força dos atores atuantes naquela região ou política pública modelo³⁰:

*“O ponto é que a governança, enquanto um novo modelo de gestão pública, requer a concepção de estruturas e processos próprios, que se diferenciam, se é que isto é possível, de concepções tradicionais da gestão pública. **A rede de***

²⁶ (Brugué e Valles, 2005) apud (Secchi, 2009)

²⁷ (Richards e Smith, 2002) apud (Secchi, 2009)

²⁸ (Matias-Pereira, 2006)

²⁹ (Pierre e Peters, 2000) apud (Secchi, 2009)

³⁰ (Peci, Pieranti, & Rodrigues, 2008)

governança modifica substancialmente as relações de poder entre o Estado e a sociedade, tornando-as mais fluidas e deslocando-as, de fato, para o setor privado e o terceiro setor (por isso, a governança pode ser confundida com o neoliberalismo e, de fato, as diferenças ideológicas podem ser tênues). Assim, **novos modelos de gestão da governança devem partir de diagnósticos locais, que levem em consideração a estruturação e a força de outros atores, como o setor privado e o terceiro setor.** ”

Desta forma, o que os autores estão querendo dizer é o seguinte: sem mapear a situação, não devemos estabelecer como o Estado deverá atuar em cada caso específico. Existem regiões que contam com diversas instituições privadas e do terceiro setor para que o Estado possa montar parcerias. Já outras regiões não contam com esses potenciais parceiros. Assim, o Estado deve se adaptar a cada situação.

Para Prats e Catalá³¹, as diferenças conceituais entre os modelos da Nova Gestão Pública (Modelo Gerencial) e o modelo da Governança seriam os seguintes:

a) **Governança é um conceito essencialmente democrático:** a redução do Estado como consequência das reformas neoliberais pode ter diminuído seu peso e transformado seu papel, mas o aumento das parcerias com o setor privado e com o terceiro setor também é impulsionado pela crescente pressão da sociedade. A NPM é ideologicamente marcada pelo neoliberalismo e busca tornar as organizações públicas similares às privadas, reconhecendo apenas a diferença no produto a ser entregue. A governança reconhece a importância das organizações públicas na rede de articulação com o privado.

b) **Governança tem foco Interorganizacional:** diferentemente da NPM, cujo principal foco são as práticas intraorganizacionais, a governança estimula as redes interorganizacionais como formas alternativas para o alcance do interesse público. O setor público é responsável pelo controle político e pelo desenvolvimento de estratégias que sustentam a capacidade de ação do governo. A NPM busca mudar o setor público, tornando-o próximo ao privado.

c) **Governança sustenta-se em bases ideológicas diferenciadas da NPM:** a governança é maleável em diferentes contextos ideológicos ou culturais. De fato, redes interorganizacionais, intersetoriais e gestão integrada podem ser implementadas gradativamente, em diversos contextos sócio-culturais, adaptando-se às suas características. Já a NPM

³¹ (Prats e Catalá, 2006) apud (Peci, Pieranti, & Rodrigues, 2008)

sustenta-se pela ideologia neoliberal e busca a penetração das forças do mercado no setor público.

d) **Não existe um modelo único de governança**: diferentemente do modelo burocrático, a governança não pretende ser um modelo organizativo e funcional de validade universal. A governança é multifacetada e plural, busca eficiência adaptativa e exige flexibilidade, experimentação e aprendizagem via prova e erro.

Resumo

Memorex		
Tipos de Dominação		
Dominação Tradicional	Baseia-se na tradição , nos costumes arraigados, nos relacionamentos construídos por gerações.	
Dominação Carismática	Baseada no carisma de uma pessoa. Acredita-se que um indivíduo específico possui qualidades e características extraordinárias, fora do comum, que o credenciam a liderar seus “súditos” ou “seguidores”.	
Dominação Racional-legal	Baseada na lei! Nesse tipo de dominação, não seguimos um indivíduo, mas devemos obediência a uma série de normas e regulamentos.	
Patrimonialismo		
Principais Características	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Esfera Pública se mistura com a esfera privada; ✓ Falta de profissionalização; ✓ Tendência ao nepotismo e a corrupção; ✓ Sistema fiscal injusto e irracional; ✓ Falta de rede de segurança social; ✓ Falta de participação social nos assuntos de Estado; ✓ Racionalidade subjetiva, como sistema legal instável e dificuldade de planejamento dos cidadãos. ✓ Apesar de combatido, ainda está presente em muitas práticas atuais. 	
Burocracia		
Principais Características	Formalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Autoridade é expressa em leis; • Comunicação é padronizada; • Controle de Procedimentos.
	Impessoalidade	<ul style="list-style-type: none"> • Isonomia no tratamento; • Meritocracia; • Racionalidade; • Sistema legal e econômico previsível.
	Profissionalismo	<ul style="list-style-type: none"> • Comando é dos especialistas;

		<ul style="list-style-type: none"> • Remuneração em dinheiro; • Administrador é especialista - noção de carreira; • Hierarquia.
Disfunções ou Problemas da Burocracia		
<p>Dificuldade de resposta às mudanças no meio externo – visão voltada excessivamente para as questões internas (sistema fechado, ou seja, autorreferente, com a preocupação não nas necessidades dos clientes, mas nas necessidades internas da própria burocracia).</p>		
<p>Rigidez e apreço extremo às regras – o controle é sobre procedimentos e não sobre resultados, levando à falta de criatividade e ineficiências.</p>		
<p>Perda da visão global da organização – a divisão de trabalho pode levar a que os funcionários não tenham mais a compreensão da importância de seu trabalho nem quais são as necessidades dos clientes ou dos outros órgãos da instituição.</p>		
<p>Lentidão no processo decisório – hierarquia, formalidade, centralização e falta de confiança nos funcionários levam a uma demora na tomada de decisões importantes.</p>		
<p>Excessiva formalização – em um ambiente de mudanças rápidas, não se consegue padronizar e formalizar todos os procedimentos e tarefas, gerando uma dificuldade da organização de se adaptar a novas demandas. A formalização também dificulta o fluxo de informações dentro da empresa.</p>		

Memorex	
Modelo Gerencial - Gerencialismo	
Características	<p>Gestores ganham maior autonomia na gestão financeira, de materiais e de pessoas.</p> <p>Cobrança de resultados a posteriori (Ex-post)</p> <p>Definição dos objetivos a serem alcançados – contratualização de resultados</p> <p>Descentralização</p> <p>Incentivo à Inovação</p> <p>Competição dentro da máquina estatal (quando possível)</p> <p>Estrutura hierárquica mais achatada e flexível</p>

1º Fase - Gerencialismo Puro		
Principais Características	Origem – Crise Fiscal e crise do modelo de <i>Welfare State</i>	
	Preocupação - redução de custos	
	Busca aumentar a eficiência - produtividade	
	Traz definição clara de objetivos	
	Cidadão é visto como contribuinte (financiador do sistema) e que deseja que recursos sejam gastos de maneira eficiente	
	Experiências conhecidas: Thatcher (79) e Reagan (81) – “Rolling back the state”	Privatização
		Desregulamentação
Devolução de atividades a Iniciativa privada		
2º Fase - Consumerismo		
Principais Características	Foco no “cliente”- Início do “paradigma do cliente” na APU	
	Descentralização - Delegação de autoridade	
	Incentivo à competição dentro do Estado - Quebra do “monopólio” - criação de alternativas de escolha para o “cliente”	
	Contratualização dos serviços públicos - Gestão de Resultados	
	Foco na qualidade	Acima de tudo o Estado deve prestar bons serviços!
		Efetividade
3º Fase – Public Service Orientation - PSO		
Principais Características	Foco no “cidadão”	Isonomia
		Noção de “bem comum”
		Ao contrário do “cliente”, tem direitos e deveres

	Participação política - Descentralização é visto como auxiliadora do processo de participação
	Fortalece o conceito de Accountability

Questões Comentadas

- 1. (CESPE – TRE-PE – ANALISTA – 2017) O modelo de administração pública implantado no Brasil, que preza por impessoalidade, profissionalismo e racionalidade técnica para combater a corrupção e o nepotismo, ficou conhecido como modelo:**
- a) burocrático.**
 - b) gerencial.**
 - c) de bem-estar.**
 - d) oligárquico.**
 - e) patrimonialista.**

Questão bem-feita para pegar os candidatos desavisados. A banca apresenta dois dos "pilares" do modelo burocrático: a impessoalidade e a profissionalização (o terceiro pilar seria a formalidade).

O modelo burocrático, que se caracterizou pela meritocracia na forma de ingresso nas carreiras públicas, mediante concursos públicos, buscou eliminar o hábito arraigado do modelo patrimonialista de ocupar espaço no aparelho do Estado através de trocas de cargos públicos por favores pessoais ao soberano.

Hoje em dia, o termo Burocracia virou sinônimo de ineficiência e lentidão, pois conhecemos os defeitos do modelo (que chamamos de disfunções da Burocracia), mas ele foi um passo adiante na sua época!

Desta forma, o gabarito é mesmo a letra A.

- 2. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) A definição de critérios de seleção, a organização das instituições em hierarquias estabelecidas e os cargos com esfera de competência prevista em termos legais e sujeitos à disciplina são algumas das características do modelo administrativo racional-legal**

Estas medidas criadas para a implementação de regras isonômicas de tratamento e da meritocracia no serviço público ocorreram através do modelo burocrático, que a banca chamou de "modelo administrativo racional-legal" para confundir o candidato.

Alguns autores chamam o modelo burocrático assim porque ele é baseado na dominação racional-legal, ou seja, é baseado em normas e leis, não no poder carismático ou na tradição. O gabarito é questão certa.

- 3. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) O modelo racional-legal, pautado na modernização e no gerencialismo, originou-se da administração pública burocrática, que é fundamentada em uma gestão impregnada de administração familiar, na qual não há distinção, pelos gestores, entre o público e o privado.**

Dizer modelo "racional-legal" é o mesmo que dizer modelo burocrático. Desse modo, ele não está associado ao gerencialismo, nem é fundamentado em uma gestão familiar, onde existiria uma confusão entre a esfera pública e a esfera privada (característica do patrimonialismo). O gabarito só pode mesmo ser questão errada.

- 4. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) O modelo pós-burocrático, cujo principal objetivo é o abandono definitivo de todas as categorias da burocracia clássica, preconiza uma menor intervenção do Estado nas atividades econômicas.**

Essa é uma "pegadinha" clássica. O modelo gerencial (ou pós-burocrático) não abandonou todas as características do modelo burocrático. Seria muito mais o caso de uma evolução do que o de uma "ruptura". O gabarito é questão errada.

- 5. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) No modelo de administração pública gerencial, o Estado opta por implementar políticas públicas resultantes das agendas governamentais e definidas exclusivamente pelas autoridades decisórias.**

A questão vem toda "certinha" até o final da frase, mas aí veio a "pegadinha" fatal. O modelo gerencial prega uma maior participação popular na gestão e no processo decisório e uma descentralização. Assim, não deveria existir essa exclusividade na tomada de decisão pelas autoridades. O gabarito é questão errada.

- 6. (CESPE - CGE-PI – AUDITOR – 2015) O modelo gerencial da administração pública é dinamizado por meio da concessão de liberdade gerencial aos gestores públicos, aspecto essencial para que seja garantida a cobrança de resultados e para o estabelecimento de metas e condições de accountability.**

O modelo gerencial é mesmo caracterizado por uma maior liberdade ou autonomia aos gestores. O foco passa a ser na cobrança de resultados, ao invés de um controle "a priori", de procedimentos e regras rígidas.

O outro aspecto levantado pela banca, o conceito de accountability, também está corretamente associado ao modelo gerencial. Esse conceito está ligado à prestação de contas e à transparência dos agentes públicos. O gabarito é questão certa.

7. (CESPE - TRE-GO – TÉCNICO – 2015) Nas gestões que adotaram os modelos gerenciais de administração pública, os quais surgiram como uma fase de modernização do modelo burocrático, o Estado permaneceu responsável pela formulação e execução de serviços prestados à sociedade de forma direta.

A questão começa "bonitinha", mas no final tem uma "pegadinha" para os candidatos menos atentos: os governos que adotaram o modelo gerencial buscaram um reposicionamento da atuação do Estado.

Ao invés de executar os serviços de forma direta, buscaram descentralizar a prestação de serviços, envolvendo a iniciativa privada por meio de concessões e privatizações e também o terceiro setor, pelo que se chamou de publicização. O gabarito é questão incorreta.

8. (CESPE - TELEBRÁS – ANALISTA – 2015) O modelo burocrático, que conseguiu diminuir em grande parte a presença do patrimonialismo na administração pública, está orientado para resultados e focado no cidadão.

O modelo burocrático buscou realmente reduzir as práticas patrimonialistas na administração pública. Entretanto, esse modelo não está orientado para os resultados e nem está focado no cidadão (essas são características do modelo gerencial).

O modelo burocrático está orientado para os procedimentos e as regras. Sua rigidez e formalidade dificulta o atendimento pleno dos desejos e necessidades dos cidadãos. O gabarito é questão errada.

9. (CESPE - TRE-GO – TÉCNICO – 2015) O modelo burocrático foi adotado por diversos países em substituição ao modelo patrimonialista de administração pública, no qual o patrimônio público não se distinguia do privado.

A banca considerou correta a questão. No entanto, atenção para um detalhe: em outra prova, ela já afirmara que “a administração pública burocrática representou uma **tentativa de substituição** das práticas patrimonialistas, originárias das monarquias absolutistas, em que inexistia clara distinção entre a res pública e a res privada.”

De qualquer forma, ela generalizou nessa prova do TRE-GO, considerando correta. O restante da questão também está verdadeiro. Gabarito, portanto, questão correta.

10. (CESPE - TRE-GO – TÉCNICO – 2015) Comparativamente a outros modelos, as desvantagens do modelo burocrático incluem a sua rigidez, que pode levar à ineficiência do aparelho administrativo.

Pessoal, a rigidez é considerada uma disfunção da burocracia. Existem outras características consideradas por disfunções pelos teóricos, como podemos ver no gráfico abaixo:

Disfunções da Burocracia

- Perda da Noção Global
- Lentidão na comunicação e processo decisório
- Formalização Excessiva
- Preocupação com as regras e não com resultado
- Rigidez e falta de inovação

Desta forma, o gabarito é questão correta.

11. (CESPE – POLÍCIA FEDERAL – ESCRIVÃO – 2013) Apesar de ainda estar vigente no Estado brasileiro, a administração pública burocrática é um modelo já ultrapassado e, portanto, deve ser suplantado por completo pelo modelo de administração pública gerencial, que tem por objetivo principal a efetividade das ações governamentais e das políticas públicas.

A frase está mencionando o modelo burocrático e diz que esse modelo é considerado ultrapassado e deve ser substituído pelo modelo gerencial. O erro da questão é que a frase é muito "radical".

Nenhum teórico propõe a substituição por completo do modelo burocrático. O próprio modelo gerencial é considerado uma evolução do modelo burocrático, não uma ruptura. Muitas de suas características, como a meritocracia e a impessoalidade são consideradas um avanço que deve ser mantido na Administração Pública. Portanto, o gabarito é questão errada.

12. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Fruto da evolução do estamento burocrático patrimonialista, a moderna burocracia manteve o caráter aristocrático e estava circunscrita ao Estado.

Esta frase é uma confusão só de conceitos. Para começar, a moderna burocracia não é “fruto do estamento burocrático patrimonialista”, pois veio exatamente para buscar encerrar este modelo de gestão patrimonialista. O caráter aristocrático do patrimonialismo é combatido no modelo burocrático, com sua base na racionalidade e na legalidade.

Além disso, o modelo burocrático de gestão não está restrito ao setor público. Muitas empresas o utilizam ainda hoje. Deste modo, o gabarito é mesmo questão errada.

13. (CESPE – CNJ - ANALISTA – 2013) A administração pública gerencial, estimulada pela crise fiscal da década de 70 do século passado, segue fundamentos do racionalismo econômico, como medidas de austeridade fiscal e o evitamento de privatizações e terceirizações.

A questão está fazendo referência ao primeiro momento do modelo gerencial, o gerencialismo puro. Neste momento, o modelo gerencial tinha sim uma preocupação forte com os aspectos fiscais.

Com isso, as privatizações foram sim utilizadas, bem como os processos de terceirização de mão de obra. O gabarito é questão errada.

14. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A administração pública gerencial adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.

Pegadinha na área! Pessoal, o modelo gerencial realmente buscou adaptar algumas práticas e conceitos de gestão originados na iniciativa privada para o setor público.

Entretanto, isto não significa que este modelo de gestão pública adote os mesmos pressupostos da iniciativa privada. O setor público tem outros

objetivos (busca aprimorar a vida em sociedade, o bem comum), é controlado de forma diversa (através do controle interno e externo, bem como o controle social), dentre outras diferenças.

Desta forma, fique atento neste ponto: o modelo gerencial não busca “copiar” as práticas do setor privado, mas sim **adaptar** estas ferramentas para o setor público! O gabarito é questão errada.

15. (CESPE - IBAMA – ANALISTA – 2013) De modo geral, a nova administração pública tem caráter descentralizador, pois, por meio do gerencialismo, equilibraram-se as questões relativas à complexidade da gestão, como, por exemplo, a integração entre os aspectos técnicos e políticos.

Esta integração entre os aspectos técnicos e os políticos é visto como um dos problemas da Nova Gestão Pública. Para alguns autores, o gerencialismo não conseguiria “resolver” este dilema. De acordo com Paula³²,

*“o gerencialismo experimentado pela Nova Gestão Pública apresenta as seguintes limitações: (i) formação de uma nova elite burocrática e centralização do poder dos novos técnicos gerencialistas formuladores de políticas públicas; (ii) **inadequação do gerencialismo no setor público com a dimensão sociopolítica do Estado**, qual seja, da participação cidadã; (iii) incompatibilidade entre a lógica gerencialista e o interesse público, já que o gerencialismo se preza pela ampla liberdade de decisão — rule based — e por um nível de discricionariedade incompatível com o exercício de atos da Administração Pública e com o interesse público, este descrito em um quadro legal previamente estabelecido.”*

Assim sendo, os críticos do gerencialismo dizem que o modelo gerencial teria somente um “discurso participativo”, mas sua premissa de conceder maior autonomia ao gestor público anularia esta “participação”, ou seja, o aspecto técnico ganharia espaço frente o aspecto político. O gabarito é questão errada.

16. (CESPE – TRT-10 – TÉCNICO – 2013) Preservando a ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, a

³² (Paula, 2006) apud (Melo Vale, 2013)

administração pública gerencial proporcionou um sistema de gestão e controle centrado em resultados.

Essa afirmação da banca já começou incorreta. A Administração Pública Gerencial não preserva a ideologia do formalismo do modelo burocrático, muito pelo contrário. A Nova Gestão Pública busca conceder mais flexibilidade ao gestor público, alterando o foco no controle de procedimentos para o controle de resultados. Desta forma, o gabarito é questão errada.

17. (CESPE – CNJ - TÉCNICO – 2013) De acordo com a administração pública gerencial, o servidor público trabalha para atender aos cidadãos, considerados consumidores e clientes, mediante a descentralização da decisão e das funções.

Perfeito. O modelo gerencial de gestão pública realmente tenta aprimorar o atendimento ao cliente/cidadão através de uma gestão mais flexível.

Para este modelo de gestão, a descentralização é de fundamental importância para uma maior agilidade na tomada de decisão por parte das organizações. O gabarito é questão certa.

18. (CESPE – CNJ - ANALISTA – 2013) O gerencialismo caracteriza-se por manobras administrativas, como competição, incentivos de mercado, mensuração de desempenho, foco na produtividade e desregulamentação.

A questão está certa. O modelo gerencial busca aumentar a competição dentro da máquina estatal, com instrumentos chamados de “quase-mercados”, em que órgãos públicos competiriam por usuários e recursos.

A mensuração do desempenho deve ser utilizada para subsidiar a tomada de decisão sobre as políticas públicas (nas dimensões de eficiência, eficácia e efetividade), bem como as ações de gestão de pessoas (treinamento e desenvolvimento, bem como a alocação de pessoas).

O foco na produtividade é também relacionado com o foco em resultados e na preocupação com a eficiência das ações e programas governamentais.

Finalmente, a desregulamentação está voltada para a redução de regras desnecessárias e excessivas em busca do aumento dos investimentos privados. O gabarito é questão certa.

- 19. (CESPE – CNJ - ANALISTA – 2013) De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de negócios, valores relativos aos negócios, dos quais derivam práticas que foram propostas desde a gestão científica até a gestão da qualidade total.**

Questão capciosa! Muitos candidatos fizeram recursos nesta questão, pois a argumentação de que os “valores relativos aos negócios” devem ser adotados no setor público é questionável. Entretanto, a banca considerou esta frase como correta.

Certamente, muitas ferramentas desenvolvidas no setor privado foram e são utilizadas no setor público, mesmo que adaptadas aos seus diferentes objetivos e princípios.

No que toca a citação das teorias administrativas, a frase está mesmo correta, pois diversos dos princípios desenvolvidos nestas teorias foram e são aplicados no setor público (divisão do trabalho, busca pela produtividade, melhoria da qualidade etc.). O gabarito da banca foi mesmo questão certa.

- 20. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A organização pública que adotar o paradigma pós-burocrático avançará nos pressupostos da burocracia, porém com maior ênfase no rigor técnico da burocracia tradicional.**

O paradigma pós-burocrático não está voltado para um aumento do rigor técnico da burocracia, mas sim busca uma maior flexibilidade da gestão, com um foco nos resultados, maior autonomia decisória do gestor público, uma cultura organizacional focada na inovação, dentre outros aspectos. O gabarito é questão errada.

- 21. (CESPE – MPU – TÉCNICO – 2013) Segundo a concepção burocrática de administração pública, o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção no serviço público é por meio do controle rígido dos processos e procedimentos.**

Perfeito. De acordo com o modelo burocrático, a melhor maneira de controlar os “desvios” seria através de um rígido controle dos processos e procedimentos. Por isso, existe uma formalidade maior nas organizações burocráticas.

O funcionário será cobrado pela observância ou não às regras e procedimentos legais, não por atingir seus resultados. O gabarito é questão certa.

22. (CESPE – TRT-10 – TÉCNICO – 2013) A burocracia nos moldes weberianos é definida como o tipo ideal de organização que aplica, em sua forma mais pura, a autoridade racional-legal.

A burocracia em seus “moldes weberianos” significa a teoria da burocracia, ou seja, um modelo ideal previsto por Weber. Este modelo era sim baseado na autoridade racional-legal. O conceito seria o de que o funcionamento da organização seria todo relacionado com as normas e regulamentos da instituição.

Lembre-se de que sempre que a banca estiver mencionando a teoria da burocracia, devemos “esquecer” os problemas da burocracia na prática, ok? O gabarito é mesmo questão correta.

23. (CESPE – TRT-10 – TÉCNICO – 2013) No modelo de administração pública gerencial, o aparelho de Estado deve ser responsável apenas pela execução das políticas públicas.

Esta frase não faz sentido. Não existe esta limitação no modelo gerencial, pois o aparelho do Estado nunca poderá abandonar o planejamento e o acompanhamento e avaliação das políticas públicas.

Além disso, o modelo gerencial prevê, como estabelecido no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado de 1995, a execução de algumas políticas públicas por organizações não estatais parceiras do Estado (como OSCIPs e OSs). O gabarito é questão errada.

24. (CESPE – TRT-10 – ANALISTA – 2013) O modelo de administração burocrática adotado no Brasil separou serviços de controle e passou a definir, medir e analisar resultados.

O modelo burocrático realmente separou a função de controle das demais (ocorrida no Decreto Lei 200 de 1967), mas a preocupação com a análise dos resultados só apareceu no modelo gerencial. Desse modo, o gabarito é questão errada.

25. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Contrapondo-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, o paradigma gerencial fundamentado nos princípios da confiança

e da descentralização da decisão exige formas flexíveis de gestão.

Beleza. O modelo gerencial busca aproveitar alguns aspectos positivos da burocracia, como a impessoalidade e o profissionalismo, mas também corrigir alguns dos seus defeitos. O gestor público não detém muita autonomia no modelo burocrático e não é cobrado por apresentar resultados fracos.

Para mudar este cenário, é necessário que existam formas mais flexíveis de gestão. Estes instrumentos gerenciais incluem a gestão por processos, a gestão por resultados, a gestão total da qualidade, dentre outras ferramentas. O gabarito é mesmo questão certa.

26. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Quanto à profissionalização, o modelo racional-legal se opõe ao nepotismo que caracterizava o modelo patrimonialista.

Perfeito. Um dos principais objetivos do modelo burocrático, baseado na dominação racional-legal, era o de combater o nepotismo. Para isso, este modelo tinha como princípio o mérito, tanto na contratação dos profissionais quanto nas promoções dos mesmos dentro da estrutura.

Como exemplo, podemos citar o instrumento do concurso público, criado dentro do modelo burocrático. Isto buscava acabar com o nosso famoso “QI”, ou a nomeação de pessoas por conta do parentesco ou amizades com os governantes. O gabarito é mesmo questão certa.

27. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Na perspectiva da reforma gerencial, o Estado amplia seu papel de prestador direto de serviços, abstendo-se, porém, do papel de regulador de serviços sociais como educação e saúde.

Negativo. O Estado deve sim reduzir o seu papel “executor” no modelo gerencial (e não aumentar seu papel de prestador de serviços). Como a NGP propõe essa retirada do estado da execução, a consequência natural é que este mesmo Estado deverá ampliar seu papel regulador desta atividade.

A criação das diversas agências reguladoras nos anos 90 foi um movimento nesta linha. Deste modo, o gabarito é questão errada.

28. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) O modelo da administração pública patrimonialista foi o primeiro esforço do Estado em

cuidar do patrimônio público, mediante a criação de mecanismos de controle e de preservação do uso indevido dos bens do Estado pelos servidores.

Negativo! O modelo patrimonialista não estava voltado para o controle do patrimônio público, pelo contrário. Neste modelo, o governante enxerga o patrimônio público como se fosse dele.

Essa preocupação só aparece no modelo burocrático! O gabarito é questão errada.

29. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma das características da administração pública patrimonialista é a ausência de carreiras administrativas definidas em sua estrutura organizacional.

Perfeito. A organização dos funcionários em carreiras definidas e estruturadas somente ocorreu com a introdução do modelo burocrático.

No modelo patrimonialista, a noção de carreira estruturada e baseada no conhecimento técnico e no mérito não estava consolidada. O gabarito é questão certa.

30. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma organização pública com base no modelo patrimonialista apresenta grande permeabilidade à participação social-privada na instituição.

Pegadinha! Quando dizemos que um modelo é “permeável” a alguma participação, queremos dizer que ele possibilita que essa participação ocorra.

Desta maneira, um modelo permeável a participação social e privada deveria incluir canais de discussão das políticas públicas com as comunidades locais, com organizações de classe, com sindicatos etc.

Naturalmente, esse tipo de participação não começou a ocorrer no modelo patrimonialista, não é verdade? Este tipo de participação social só começou a ser buscada no modelo gerencial. O gabarito é questão errada.

31. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma desvantagem do modelo de administração pública burocrática é a grande pessoalidade existente nas relações entre chefia e subordinados.

Esta questão está buscando confundir a cabeça dos candidatos. Para “começo de conversa”, o modelo burocrático tem como um dos seus pilares a impessoalidade (e não a “pessoalidade”).

Além disso, a impessoalidade na gestão pública não seria uma desvantagem, mas sim uma vantagem do modelo. É algo que deve ser valorizado e buscado, não evitado. O gabarito é questão errada.

32. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma organização pública que adota os pressupostos da administração burocrática busca combater o nepotismo na instituição.

Perfeito. O modelo burocrático tinha como objetivo combater a corrupção e o nepotismo que estavam arraigados no modelo patrimonialista. O gabarito é questão certa.

33. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A administração pública burocrática busca enfatizar o conhecimento técnico-profissional, o que garante sua superioridade em relação a outros modelos de administração.

Questão capciosa! A primeira parte da frase está correta: a Burocracia realmente busca enfatizar o conhecimento técnico e a profissionalização do corpo de funcionários.

Por isso, dizemos que a base de dominação neste modelo é racional-legal. Ou seja, as decisões dos seus gestores devem ser técnicas e racionais, baseadas no conhecimento técnico e nas normas.

Entretanto, a parte final da frase, que menciona a superioridade do modelo frente aos demais, está referindo-se ao modelo ideal de burocracia, como Weber descreveu.

Atualmente, sabemos que o modelo também está associado a diversos problemas, mas a questão está se referindo ao modelo ideal, não aos problemas da aplicação do modelo na realidade. O gabarito é questão certa.

34. (CESPE – CNJ - TÉCNICO – 2013) A administração pública burocrática é orientada para a racionalidade absoluta e prevê o controle rígido dos processos e procedimentos como o meio mais seguro para evitar o nepotismo e a corrupção.

Correto. O modelo burocrático tem como base a dominação racional-legal. Assim, a racionalidade absoluta parte da premissa de que podemos

analisar todos os dados e informações de uma situação e que temos como escolher as alternativas ótimas.

Além disso, a burocracia está focada no controle rígido dos procedimentos e processos de trabalho. O objetivo é reduzir as práticas patrimonialistas. Deste modo, o gabarito é questão certa.

35. (CESPE – MC – TÉCNICO – 2013) A burocracia weberiana ideal não se consolidou no Brasil, em função das brechas das normas legais contrárias à burocracia racional-legal.

Beleza! Nunca tivemos no Brasil o modelo burocrático na sua plenitude. Sempre tivemos muitas resistências à criação de normas impessoais e ainda persistem brechas legais que possibilitam as práticas patrimonialistas em nosso país. O gabarito é questão certa.

36. (CESPE – TJ-AL – TÉCNICO – 2012) A nova gestão pública reúne características positivas dos modelos patrimonial e gerencial de administração pública.

O primeiro erro desta questão é o fato de que a “Nova Gestão Pública” e o modelo gerencial significam a mesma coisa. São sinônimos. Portanto, a frase não faz sentido, pois a NGP não poderia reunir características positivas de si mesma.

A segunda afirmativa equivocada é que o modelo patrimonial não serviu de inspiração ou base para o modelo gerencial. O que poderia ser dito é que a Nova Gestão Pública reuniu características positivas do modelo burocrático, como a profissionalização e a valorização do mérito. O gabarito é questão errada.

37. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) De acordo com o modelo patrimonialista, o gestor público deve ter autonomia para gerir os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição, a fim de que os objetivos contratados e a finalidade pública sejam atingidos.

Esta questão está errada, pois é o modelo gerencial que prega esta autonomia e flexibilidade na gestão dos recursos públicos, buscando a finalidade pública. O modelo patrimonialista fazia confusão entre a esfera pública e a privada. O gabarito é mesmo questão errada.

38. (CESPE – TCU – ACE - 2011) O Estado patrimonialista é aquele em que a propriedade individual é concedida pelo Estado.

Esta questão foi originalmente considerada como correta pela banca. Sua redação é péssima, pois não fica claro quem “receberia” esta propriedade individual.

Além disso, o Estado Patrimonialista não é reconhecido como um Estado que tenha distribuído propriedades de modo universal, para todos na sociedade. Com isso, muitos candidatos entraram com recursos e a banca acabou por anular a questão.

39. (CESPE – TRE-ES - ANALISTA - 2011) O gestor público que se pauta pelo modelo patrimonialista age de acordo com o princípio que preconiza ser o Estado aparelho que funciona em prol da sociedade.

Questão claramente incorreta. O gestor público no modelo patrimonial não tem a sociedade como um todo como o seu objetivo principal, mas os soberanos.

O Estado neste modelo confunde a esfera privada dos seus comandantes com a esfera pública. Assim, o gabarito da banca é mesmo questão errada.

40. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) No contexto da administração pública burocrática, o interesse público é frequentemente identificado com a afirmação do poder do Estado.

Perfeito. Muitas vezes em nossa história os nossos governantes confundiram o que é interesse público, da sociedade como um todo, com o interesse dos ocupantes da máquina estatal, os agentes públicos.

Desta maneira, gastos desnecessários com prédios luxuosos, por exemplo, seriam do interesse dos funcionários e servidores que ali trabalham, mas não são voltados para a real necessidade da população, não é mesmo? O gabarito é mesmo questão certa.

41. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) A administração pública burocrática representou uma tentativa de substituição das práticas patrimonialistas, originárias das monarquias absolutistas, em que inexistia clara distinção entre a res pública e a res privada.

Perfeito. Muitos alunos reclamaram do termo: “tentativa”; mas o modelo foi mesmo isso. Até o momento, ainda existem diversas práticas patrimonialistas na administração pública brasileira.

Desta forma, o modelo burocrático buscou realmente reduzir a influência dos interesses privados na condução do Estado. O gabarito é mesmo questão certa.

- 42. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A ênfase da administração pública gerencial recai sobre o controle do processo em detrimento do resultado, pois, segundo esse modelo, é por meio do acompanhamento dos indicadores de tendência que os objetivos fixados são alcançados.**

O erro da questão está no fato de que o foco do controle do modelo gerencial é o resultado, não o processo ou procedimento. Isto é exatamente o contrário do que a banca afirmou na primeira parte da frase. O gabarito é questão errada.

- 43. (CESPE – TRE-BA - ANALISTA – 2010) A administração pública burocrática se alicerça em princípios como profissionalização, treinamento sistemático, impessoalidade e formalismo, que são abandonados à medida que a administração pública gerencial, calcada na eficiência e na eficácia, se sobrepõe ao modelo burocrático.**

O erro da questão é que nem **todos estes princípios do modelo burocrático citados são abandonados pelo modelo gerencial**, mas sim incorporados ao modelo gerencial.

Portanto, o modelo gerencial é uma ruptura somente com alguns aspectos da burocracia (o formalismo, por exemplo), mas podemos dizer que “se apoia” em vários de seus princípios (profissionalização, meritocracia, etc.). Assim, o gabarito é questão errada.

- 44. (CESPE – ANCINE – TÉCNICO – 2012) A administração pública burocrática substituiu a administração patrimonialista, na qual o Estado era entendido como propriedade do rei e em que não havia clara distinção entre o patrimônio público e o privado.**

Muitos candidatos reclamaram desta questão, pois muitas práticas patrimonialistas ainda existem na gestão pública brasileira. Desta maneira,

o termo “substituiu” não poderia ter sido utilizado. A maioria dos autores da área postula que os três modelos de gestão (patrimonial, burocrático e gerencial) convivem na atualidade.

Muitos recursos foram impetrados, mas o gabarito final não foi alterado. Assim, o gabarito da banca foi mesmo questão correta.

45. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) O modelo burocrático adotado no Brasil caracteriza-se pela racionalidade absoluta e pela grande despersonalização no relacionamento.

Esta questão é muito polêmica. A banca considerou a questão correta, mas muitos candidatos reclamaram da questão (na minha opinião, com razão).

O termo “racionalidade absoluta” é muito forte para retratar o modelo burocrático aplicado na nossa realidade. Se o termo estivesse sendo associado com a teoria da burocracia, não discordaria do gabarito, mas estamos aqui falando da prática.

O mesmo pode ser dito em relação à despersonalização no relacionamento. Isto ocorre na teoria, mas não na prática. Infelizmente, a banca não alterou seu gabarito e considerou mesmo a questão como certa.

46. (CESPE – ANAC - ANALISTA - 2012) A administração pública gerencial produziu avanços para a gestão do Estado, tendo sido marcada pelo rompimento com princípios da administração pública burocrática e pela adoção da administração por objetivos.

O erro da questão está no termo “rompimento” com os princípios burocráticos, pois o modelo gerencial não propôs uma ruptura com o modelo burocrático, mas sim uma evolução deste modelo. O gabarito é, assim, questão errada.

47. (CESPE – TCU – ACE - 2011) O modelo burocrático de administração separa o político e o administrativo.

A questão está correta. Para Weber, as decisões sobre o que deve ser feito deveriam ser tomadas pela cúpula da organização. No caso do setor público, este papel seria ocupado pelos políticos eleitos.

Assim, caberia aos administradores apenas um papel secundário, de execução do que já tinha sido definido pelos políticos previamente. O gabarito é mesmo questão certa.

- 48. (CESPE – TRE-BA /ANAL JUD - ADMINISTRATIVA – 2010) A administração pública burocrática se alicerça em princípios como profissionalização, treinamento sistemático, impessoalidade e formalismo, que são abandonados à medida que a administração pública gerencial, calcada na eficiência e na eficácia, se sobrepõe ao modelo burocrático.**

O erro da questão é que nem **todos estes princípios do modelo burocrático citados são abandonados pelo modelo gerencial**, mas sim incorporados ao modelo gerencial.

Portanto, o modelo gerencial é uma ruptura somente com alguns aspectos da burocracia (o formalismo, por exemplo), mas podemos dizer que “se apoia” em vários de seus princípios (profissionalização, meritocracia, etc.). Assim, o gabarito é questão errada.

- 49. (CESPE – MPS - ADMINISTRADOR – 2010) Raymundo Faoro, em sua clássica obra Os Donos do Poder, ao confrontar o Estado patrimonial com o feudal, já se referia ao sistema patrimonial como aquele que, ao contrário dos direitos, dos privilégios e das obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores em uma rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano.**

Esta definição que o Cespe utilizou, trazida da obra de Faoro, está perfeita. No patrimonialismo, o chefe administra a coisa pública como se fosse uma extensão de sua propriedade, de seu “domínio”. Desta maneira, existe uma relação patriarcal entre os chefes políticos e “seus” servidores. O gabarito é questão correta.

- 50. (CESPE – MPS / ADMINISTRADOR – 2010) De acordo com Max Weber, em Economia e Sociedade, o grau de qualificação profissional cresce continuamente na burocracia, até os níveis mais elevados da organização. O topo da dominação é representado por um ou alguns elementos, que têm caráter puramente burocrático.**

A questão traz uma afirmação de Max Weber que está incorreta. Veja abaixo o texto original de Weber³³:

³³ (Weber, 2000)

"O grau de qualificação profissional cresce continuamente na burocracia. Também os funcionários dos partidos e sindicatos precisam de conhecimento específico (empiricamente adquirido), A circunstância de os "ministros" e "presidentes de Estado" modernos serem os únicos "funcionários" dos quais não se exige qualificação profissional alguma demonstra que eles são funcionários apenas no sentido formal da palavra, não material, do mesmo modo que o "diretor-geral" de uma grande sociedade anônima privada. E, além disso, a posição do empresário capitalista está tão apropriada quanto a do "monarca". No topo da dominação burocrática existe, portanto, inevitavelmente pelo menos um elemento que não tem caráter puramente burocrático. Representa apenas uma categoria de dominação mediante um quadro administrativo especial"

Como é de conhecimento comum, normalmente o topo das carreiras de Estado é ocupado por políticos eleitos ou nomeados em cargos de confiança (ministros, secretários, etc.) que não estão "enquadrados" no sentido material da burocracia.

Estes nomeados políticos não são necessariamente especialistas, não fazem parte da carreira (já vimos no Brasil vários casos "estranhos", como Ministros da Saúde que são economistas, Ministros da Fazenda que são médicos, etc.), não são contratados por seu conhecimento e mérito (não necessariamente), dentre outros aspectos. Portanto, a frase está errada, pois não são todos os elementos do topo da dominação que têm caráter burocrático!

51. (CESPE – AGU- AGENTE ADM. – 2010) A administração pública brasileira, embora marcada pela cultura burocrática e regida pelo princípio do mérito profissional, não constitui, no seu conjunto, uma burocracia profissional nos moldes weberianos.

Esta questão foi tirada do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado³⁴, documento muito importante e que recomendo a leitura a todos que queiram se aprofundar no tema das reformas administrativas no Brasil. O texto original é esse:

"A administração pública brasileira, embora marcada pela cultura burocrática e regida pelo princípio do mérito profissional, não chegou a se

³⁴ (Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, 1995)

consolidar, no conjunto, como uma burocracia profissional nos moldes weberianos. Formaram-se grupos de reconhecida competência, como é o caso das carreiras acima descritas, bem como em áreas da administração indireta, mas os concursos jamais foram rotinizados e o valor de sua remuneração real variou intensamente em função de políticas salariais instáveis. Os instrumentos de seleção, avaliação, promoção e treinamento que deram suporte a esse modelo estão superados."

O que fica claro é que o nosso modelo ainda guarda práticas e costumes patrimonialistas. Além disso, o próprio modelo burocrático hoje não é mais visto como adequado aos novos desafios da administração pública.

Portanto, temos hoje um modelo ainda muito baseado na Burocracia, mas com resquícios de clientelismo e patrimonialismo somados a alguns setores que já aplicam a administração gerencial.

Desta maneira, **não aplicamos o modelo "puro" de Weber**. A questão está correta!

52. (CESPE – AGU- AGENTE ADM. – 2010) A administração pública burocrática sustenta, entre seus objetivos globais, a necessidade de aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, direcionando a ação dos serviços de Estado para o atendimento dos cidadãos.

A preocupação da administração burocrática não é com a efetividade, pois ela não baseia no controle de resultados e sim no controle de procedimentos!

A preocupação com o atendimento dos cidadãos é uma característica da administração gerencial, não da administração burocrática. O gabarito é questão errada!

53. (CESPE – MDS / ADMINISTRADOR – 2006) Impessoalidade, hierarquia, flexibilização de procedimentos, especialização e ênfase nos controles são características dos modelos das organizações burocrático de gestão.

A frase está quase toda correta, mas **não é característica da Burocracia a flexibilização de procedimentos!** Muito pelo contrário. Na Burocracia, não existe confiança nos funcionários, portanto os

procedimentos são detalhados, de forma que os indivíduos tenham de seguir “à risca” seus passos. Portanto, a frase está errada.

54. (CESPE – MDS / ADMINISTRADOR – 2006) Max Weber considera a existência de três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a racional-legal e a gerencial.

Nesta questão, o Cespe inseriu uma “casca de banana” para aqueles candidatos que não estudaram o tema. Os tipos de dominação são: a tradicional, a carismática e a racional-legal. A banca trocou a dominação carismática pela “gerencial”, tornando a assertiva incorreta. O gabarito é questão errada.

55. (CESPE – STM / ANAL JUD – 2004) Historicamente, a dominação racional-legal ou burocrática surgiu no século XIX como uma forma superior de dominação, legitimada pelo uso da lei, em contraposição ao poder tradicional (divino) e arbitrário.

Exatamente! O modelo burocrático surgiu como uma necessidade histórica baseada em uma sociedade cada vez mais complexa, em que as demandas sociais cresceram, em que existia um ambiente com empresas cada vez maiores e uma população que buscava uma maior participação nos destinos dos governos, portanto que não podia mais “depende” do arbítrio de um só indivíduo. O gabarito é questão certa.

Lista de Questões Trabalhadas na Aula.

1. (CESPE – TRE-PE – ANALISTA – 2017) O modelo de administração pública implantado no Brasil, que preza por impessoalidade, profissionalismo e racionalidade técnica para combater a corrupção e o nepotismo, ficou conhecido como modelo:
 - a) burocrático.
 - b) gerencial.
 - c) de bem-estar.
 - d) oligárquico.
 - e) patrimonialista.

2. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) A definição de critérios de seleção, a organização das instituições em hierarquias estabelecidas e os cargos com esfera de competência prevista em termos legais e sujeitos à disciplina são algumas das características do modelo administrativo racional-legal

3. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) O modelo racional-legal, pautado na modernização e no gerencialismo, originou-se da administração pública burocrática, que é fundamentada em uma gestão impregnada de administração familiar, na qual não há distinção, pelos gestores, entre o público e o privado.

4. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) O modelo pós-burocrático, cujo principal objetivo é o abandono definitivo de todas as categorias da burocracia clássica, preconiza uma menor intervenção do Estado nas atividades econômicas.

5. (CESPE – TRE-PI / ANALISTA – 2016 - ADAPTADA) No modelo de administração pública gerencial, o Estado opta por implementar políticas públicas resultantes das agendas governamentais e definidas exclusivamente pelas autoridades decisórias.

6. (CESPE - CGE-PI – AUDITOR – 2015) O modelo gerencial da administração pública é dinamizado por meio da concessão de liberdade gerencial aos gestores públicos, aspecto essencial para que seja garantida a cobrança de resultados e para o estabelecimento de metas e condições de accountability.

7. (CESPE - TRE-GO – TÉCNICO – 2015) Nas gestões que adotaram os modelos gerenciais de administração pública, os quais surgiram como uma fase de modernização do modelo burocrático, o Estado permaneceu responsável pela formulação e execução de serviços prestados à sociedade de forma direta.
8. (CESPE - TELEBRÁS – ANALISTA – 2015) O modelo burocrático, que conseguiu diminuir em grande parte a presença do patrimonialismo na administração pública, está orientado para resultados e focado no cidadão.
9. (CESPE - TRE-GO – TÉCNICO – 2015) O modelo burocrático foi adotado por diversos países em substituição ao modelo patrimonialista de administração pública, no qual o patrimônio público não se distinguia do privado.
10. (CESPE - TRE-GO – TÉCNICO – 2015) Comparativamente a outros modelos, as desvantagens do modelo burocrático incluem a sua rigidez, que pode levar à ineficiência do aparelho administrativo.
11. (CESPE – POLÍCIA FEDERAL – ESCRIVÃO – 2013) Apesar de ainda estar vigente no Estado brasileiro, a administração pública burocrática é um modelo já ultrapassado e, portanto, deve ser suplantado por completo pelo modelo de administração pública gerencial, que tem por objetivo principal a efetividade das ações governamentais e das políticas públicas.
12. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Fruto da evolução do estamento burocrático patrimonialista, a moderna burocracia manteve o caráter aristocrático e estava circunscrita ao Estado.
13. (CESPE – CNJ - ANALISTA – 2013) A administração pública gerencial, estimulada pela crise fiscal da década de 70 do século passado, segue fundamentos do racionalismo econômico, como medidas de austeridade fiscal e o evitamento de privatizações e terceirizações.
14. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A administração pública gerencial adota os mesmos pressupostos da iniciativa privada, em termos de planejamento, controle e resultados.

15. (CESPE - IBAMA - ANALISTA - 2013) De modo geral, a nova administração pública tem caráter descentralizador, pois, por meio do gerencialismo, equilibraram-se as questões relativas à complexidade da gestão, como, por exemplo, a integração entre os aspectos técnicos e políticos.
16. (CESPE - TRT-10 - TÉCNICO - 2013) Preservando a ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, a administração pública gerencial proporcionou um sistema de gestão e controle centrado em resultados.
17. (CESPE - CNJ - TÉCNICO - 2013) De acordo com a administração pública gerencial, o servidor público trabalha para atender aos cidadãos, considerados consumidores e clientes, mediante a descentralização da decisão e das funções.
18. (CESPE - CNJ - ANALISTA - 2013) O gerencialismo caracteriza-se por manobras administrativas, como competição, incentivos de mercado, mensuração de desempenho, foco na produtividade e desregulamentação.
19. (CESPE - CNJ - ANALISTA - 2013) De acordo com a nova gestão pública, o governo deve adotar, além de técnicas de gestão de negócios, valores relativos aos negócios, dos quais derivam práticas que foram propostas desde a gestão científica até a gestão da qualidade total.
20. (CESPE - MC - TÉCNICO - 2013) A organização pública que adotar o paradigma pós-burocrático avançará nos pressupostos da burocracia, porém com maior ênfase no rigor técnico da burocracia tradicional.
21. (CESPE - MPU - TÉCNICO - 2013) Segundo a concepção burocrática de administração pública, o modo mais seguro de evitar o nepotismo e a corrupção no serviço público é por meio do controle rígido dos processos e procedimentos.
22. (CESPE - TRT-10 - TÉCNICO - 2013) A burocracia nos moldes weberianos é definida como o tipo ideal de organização que aplica, em sua forma mais pura, a autoridade racional-legal.

23. (CESPE – TRT-10 – TÉCNICO – 2013) No modelo de administração pública gerencial, o aparelho de Estado deve ser responsável apenas pela execução das políticas públicas.
24. (CESPE – TRT-10 – ANALISTA – 2013) O modelo de administração burocrática adotado no Brasil separou serviços de controle e passou a definir, medir e analisar resultados.
25. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Contrapondo-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional, o paradigma gerencial fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão exige formas flexíveis de gestão.
26. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Quanto à profissionalização, o modelo racional-legal se opõe ao nepotismo que caracterizava o modelo patrimonialista.
27. (CESPE – MI – ANALISTA – 2013) Na perspectiva da reforma gerencial, o Estado amplia seu papel de prestador direto de serviços, abstendo-se, porém, do papel de regulador de serviços sociais como educação e saúde.
28. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) O modelo da administração pública patrimonialista foi o primeiro esforço do Estado em cuidar do patrimônio público, mediante a criação de mecanismos de controle e de preservação do uso indevido dos bens do Estado pelos servidores.
29. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma das características da administração pública patrimonialista é a ausência de carreiras administrativas definidas em sua estrutura organizacional.
30. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma organização pública com base no modelo patrimonialista apresenta grande permeabilidade à participação social-privada na instituição.
31. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma desvantagem do modelo de administração pública burocrática é a grande pessoalidade existente nas relações entre chefia e subordinados.

32. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) Uma organização pública que adota os pressupostos da administração burocrática busca combater o nepotismo na instituição.
33. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A administração pública burocrática busca enfatizar o conhecimento técnico-profissional, o que garante sua superioridade em relação a outros modelos de administração.
34. (CESPE – CNJ - TÉCNICO – 2013) A administração pública burocrática é orientada para a racionalidade absoluta e prevê o controle rígido dos processos e procedimentos como o meio mais seguro para evitar o nepotismo e a corrupção.
35. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A burocracia weberiana ideal não se consolidou no Brasil, em função das brechas das normas legais contrárias à burocracia racional-legal.
36. (CESPE – TJ-AL – TÉCNICO – 2012) A nova gestão pública reúne características positivas dos modelos patrimonial e gerencial de administração pública.
37. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) De acordo com o modelo patrimonialista, o gestor público deve ter autonomia para gerir os recursos humanos, materiais e financeiros colocados à sua disposição, a fim de que os objetivos contratados e a finalidade pública sejam atingidos.
38. (CESPE – TCU – ACE - 2011) O Estado patrimonialista é aquele em que a propriedade individual é concedida pelo Estado.
39. (CESPE – TRE-ES - ANALISTA - 2011) O gestor público que se pauta pelo modelo patrimonialista age de acordo com o princípio que preconiza ser o Estado aparelho que funciona em prol da sociedade.
40. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) No contexto da administração pública burocrática, o interesse público é frequentemente identificado com a afirmação do poder do Estado.
41. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) A administração pública burocrática representou uma tentativa de substituição das práticas patrimonialistas,

originárias das monarquias absolutistas, em que inexistia clara distinção entre a res pública e a res privada.

42. (CESPE – MC - TÉCNICO – 2013) A ênfase da administração pública gerencial recai sobre o controle do processo em detrimento do resultado, pois, segundo esse modelo, é por meio do acompanhamento dos indicadores de tendência que os objetivos fixados são alcançados.
43. (CESPE – TRE-BA - ANALISTA – 2010) A administração pública burocrática se alicerça em princípios como profissionalização, treinamento sistemático, impessoalidade e formalismo, que são abandonados à medida que a administração pública gerencial, calcada na eficiência e na eficácia, se sobrepõe ao modelo burocrático.
44. (CESPE – ANCINE – TÉCNICO – 2012) A administração pública burocrática substituiu a administração patrimonialista, na qual o Estado era entendido como propriedade do rei e em que não havia clara distinção entre o patrimônio público e o privado.
45. (CESPE – ANAC – ANALISTA - 2012) O modelo burocrático adotado no Brasil caracteriza-se pela racionalidade absoluta e pela grande despersonalização no relacionamento.
46. (CESPE – ANAC - ANALISTA - 2012) A administração pública gerencial produziu avanços para a gestão do Estado, tendo sido marcada pelo rompimento com princípios da administração pública burocrática e pela adoção da administração por objetivos.
47. (CESPE – TCU – ACE - 2011) O modelo burocrático de administração separa o político e o administrativo.
48. (CESPE – TRE-BA /ANAL JUD - ADMINISTRATIVA – 2010) A administração pública burocrática se alicerça em princípios como profissionalização, treinamento sistemático, impessoalidade e formalismo, que são abandonados à medida que a administração pública gerencial, calcada na eficiência e na eficácia, se sobrepõe ao modelo burocrático.
49. (CESPE – MPS - ADMINISTRADOR – 2010) Raymundo Faoro, em sua clássica obra *Os Donos do Poder*, ao confrontar o Estado patrimonial com o feudal, já se referia ao sistema patrimonial como aquele que, ao

contrário dos direitos, dos privilégios e das obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores em uma rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano.

50. (CESPE – MPS / ADMINISTRADOR – 2010) De acordo com Max Weber, em *Economia e Sociedade*, o grau de qualificação profissional cresce continuamente na burocracia, até os níveis mais elevados da organização. O topo da dominação é representado por um ou alguns elementos, que têm caráter puramente burocrático.
51. (CESPE – AGU- AGENTE ADM. – 2010) A administração pública brasileira, embora marcada pela cultura burocrática e regida pelo princípio do mérito profissional, não constitui, no seu conjunto, uma burocracia profissional nos moldes weberianos.
52. (CESPE – AGU- AGENTE ADM. – 2010) A administração pública burocrática sustenta, entre seus objetivos globais, a necessidade de aumentar a governança do Estado, ou seja, sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, direcionando a ação dos serviços de Estado para o atendimento dos cidadãos.
53. (CESPE – MDS / ADMINISTRADOR – 2006) Impessoalidade, hierarquia, flexibilização de procedimentos, especialização e ênfase nos controles são características dos modelos das organizações burocrático de gestão.
54. (CESPE – MDS / ADMINISTRADOR – 2006) Max Weber considera a existência de três tipos puros de dominação legítima: a tradicional, a racional-legal e a gerencial.
55. (CESPE – STM / ANAL JUD – 2004) Historicamente, a dominação racional-legal ou burocrática surgiu no século XIX como uma forma superior de dominação, legitimada pelo uso da lei, em contraposição ao poder tradicional (divino) e arbitrário.

Gabarito

1. A	19. C	38. X
2. C	20. E	39. E
3. E	21. C	40. C
4. E	22. C	41. C
5. E	23. E	42. E
6. C	24. E	43. E
7. E	25. C	44. C
8. E	26. C	45. C
9. C	27. E	46. E
10. C	28. E	47. C
11. E	29. C	48. E
12. E	30. E	49. C
13. E	31. E	50. E
14. E	32. C	51. C
15. E	33. C	52. E
16. E	34. C	53. E
17. C	35. C	54. E
18. C	36. E	55. C
	37. E	

Bibliografia

Abrucio, F. L. (1997). O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. *Caderno ENAP n°10*, 52.

Bresser Pereira, L. C. (2001). Do Estado Patrimonial ao Gerencial. Em W. e. Pinheiro, *Brasil: um século de transformações* (pp. 222-259). São Paulo: Cia das Letras.

Crozier, M. (1981). *O Fenômeno Burocrático*. Brasília: UNB.

Faoro, R. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro* (3º Ed. ed.). Rio de Janeiro: Globo Ed.

Marini, C. (2003). Gestão Pública: o debate contemporâneo. *Cadernos da Fundação Luís Eduardo Magalhães n° 7*, 104.

- Martins, H. F. (Jan/Abr de 1997). Burocracia e a revolução gerencial - a persistência da dicotomia entre política e administração. *Revista do Serviço Público*, V. 48(1).
- Matias-Pereira, J. (2006). Os efeitos da crise política e ética sobre as instituições e a economia no Brasil. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, n.67.
- Osborne, D., & Gaebler, T. (1992). *Reinventing Government: how the entrepreneurial spirit is transforming the public sector* (4 ed.). Ed. Addison-Wesley.
- Paula, A. P. (2005). *Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea*. Rio de Janeiro: FGV.
- Peci, A., Pieranti, O., & Rodrigues, S. (Julho/Setembro de 2008). Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. *O&S*, V. 15, 39-55.
- (1995). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília: Presidência da República.
- Secchi, L. (Mar/Abr de 2009). Modelos organizacionais e reformas da Administração Pública. *Revista de Administração Pública*, 347-69.
- Weber, M. (2000). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* (4º ed.). Brasília: UNB.

Por hoje é só pessoal! Estarei disponível no e-mail abaixo para qualquer dúvida.



rodrigorenno99@hotmail.com



<https://www.facebook.com/profrodigorenno/>



<http://twitter.com/rrenno99>



<https://www.youtube.com/user/rodrigorenno99/>

Bons estudos e sucesso!

Rodrigo Rennó

Conheça meus outros cursos atualmente no site!

Acesse <http://estrategiaconcursos.com.br/cursos-professor/2800/rodrigo-renno>

ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1

Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2

Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3

Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4

Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5

Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6

Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7

Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8

O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.